

A FORTALEZA DAS MULHERES

Relatos sobre a militarização da vida





Rio de Janeiro, 2019

A FORTALEZA DAS MULHERES

Relatos sobre a militarização da vida





**Instituto Políticas
Alternativas para
o Cone Sul**

A Fortaleza das Mulheres: relatos sobre a militarização da vida

Instituto Políticas Alternativas para
o Cone Sul - Pacs
Rua Henrique Valadares, 23, sala
504 - Centro, Rio de Janeiro / Tel:
+55 21 2210-2124 / pacs@pacs.org.br
/ www.pacs.org.br

COORDENAÇÃO COLEGIADA

Aline Alves de Lima
Manoela Justo
Marina Praça

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Gizele Martins
Marina Praça
Yasmin Bitencourt
Isabelle Rodrigues

AUTORIAS

Buba Aguiar
Daniela González López
Mães e familiares do
Socioeducativo do Ceará
Soraya Misleh
Saney Souza
Jyussara Abadallah

Nada Ali
Elen Oliveira Ferreira
Marcelle Decothe

ENTREVISTAS

Marina Ribeiro
Katherin Cruz Cerrato

TRADUÇÃO

Livia Abdalla

REVISÃO

Heitor Levy
Isabelle Rodrigues
Thiago Ansel

ILUSTRAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Camila Schindler

DIAGRAMAÇÃO

Thiago Ansel

APOIO



MISEREOR
• IHR HILFSWERK

1ª EDIÇÃO
Rio de Janeiro, 2019

ISBN 978-85-89366-49-6



Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)

A menos que indicado o contrário, textos e imagens desta obra estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Todos os textos podem ser utilizados, copiados, distribuídos, exibidos ou reproduzidos em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo comercial e sejam citadas as fontes e autorias.

“Vos tenés la bala... Yo la palabra... La bala muere al detonarse... La palabra vive al replicarse”

Berta Cáceres

“Ciclo de uma sociedade racista: enquanto mais um jovem negro e pobre é preso só por existir, mais uma mãe negra e pobre sofre com a solidão. Chega de esculachar a população”.

“Chega de matar nossos jovens.”

Marielle Franco

SUMÁRIO

Apresentação: Narrativas e respiros em meio à militarização Marina Praça e Yasmin Bitencourt (Instituto Pacs)	8
Introdução: Militarização e a resistência das mulheres em territórios de conflitos no Brasil, na América Latina e na Palestina Gizele Martins	13
O Estado mata antes de apertar o gatilho Buba Aguiar	19
A mulher e a defesa do território no México Daniela González López	27
A Fortaleza das Mulheres Mães e familiares do Socioeducativo do Ceará	36
Armas de Israel matam na Palestina e nas favelas brasileiras Soraya Misleh	43
Periferia Preta Saney Souza	52

**Ser um refugiado palestino é uma coisa,
agora ser uma mulher palestina refugiada
é outra história**

Jyussara Abadallah e Nada Ali

66

Vertigem: o que vem antes da militarização?

Elen Oliveira Ferreira

71

**“Eu, Mulher Baixadense, Resisto!”: o
impacto da militarização na vida das
mulheres da Baixada Fluminense**

Marcelle Decothe

79

**Mulher negra mãe periférica: vivências de
uma realidade militarizada**

Entrevista com Marina Ribeiro, por Isabelle
Rodrigues

88

**Militarização em Honduras: vidas
controladas pós-golpe**

Entrevista com Katherin Cruz Cerrato, por Isabelle
Rodrigues

97

Autorias

104



APRESENTAÇÃO

NARRATIVAS E RESPIROS EM MEIO À MILITARIZAÇÃO

Marina Praça e Yasmin Bitencourt

Instituto Pacs

Olhar para as violências vividas no cotidiano é ver a militarização exposta de diversas formas. Nos corpos essa realidade se transforma em parte sentida da rotina. Todos os dias, as mulheres despertam cansadas da labuta e veem seu dia a dia cruzado pelas bombas, pelas armas e pelo medo. É um cenário composto por operações, caveirões, blindados, controle constante, perseguição, com a população no chão e a síndrome do pânico presente como uma epidemia. A militarização da vida se constitui tanto na realidade material da violência quanto no sentimento da guerra encarnada em cada canto da pele e da alma, nos corpos das mulheres.

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), desde os jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro - marco inicial dos megaeventos no Brasil -, vem fazendo a denúncia dessa cidade-mercadoria que o Rio se torna às custas de corpos, vidas e histórias. Nesta cartilha, o Pacs segue olhando para essa realidade desde a perspectiva das mulheres periféricas e suas histórias de construção de vida em meio a um projeto em que seus corpos são cerceados de viver.

A “cidade maravilhosa” dos megaeventos é a mesma das remoções, da violência policial, do controle por grupos armados, da violência contra as mulheres, do assassinato de jovens e crianças negras a caminho da escola ou no transporte público, de corpos femininos violentados e arrastados por policiais, de ataques à população LGBTQI+ e da repressão a manifestações populares por direitos. É também a cidade da execução da vereadora Marielle Franco, mulher negra da favela da Maré, socióloga, mãe, militante, defensora dos direitos humanos e referência na luta contra a atuação de grupos paramilitares e da Intervenção Militar Federal.

***“A ‘cidade maravilhosa’ dos megaeventos
é a mesma das remoções, da violência
policial, do controle por grupos armados,
da violência contra as mulheres”***

A partir do Sul global, o instituto denuncia historicamente o processo de militarização no Haiti, com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), e a guerra ao povo palestino. Hoje, vive-se no Rio de Janeiro a militarização da vida à moda brasileira. Uma cidade que se torna laboratório nacional de soldados treinados em território haitiano e com armamento israelense.

O Instituto PACS ecoa denúncias e se manifesta, junto à população, contra as injustiças, violências e violações de direitos humanos nos territórios. Em 2016, no contexto dos Jogos Olímpicos, foi lançado o livro “Atingidas: histórias de vida de mulheres na cidade olímpica”, com histórias de lutadoras que vivenciaram na pele o contexto

de exclusão devido à instalação desse modelo de cidade-mercado-ria. Em 2017, dando continuidade ao debate, foi publicada a cartilha “Militarização do cotidiano: um legado olímpico”, que buscou levar adiante vozes de resistência das comunidades, setores sociais e pessoas ameaçadas pela presença militar. Nela, estão reunidos artigos, reportagens, entrevistas e infográficos sobre as formas de militarização do dia a dia. Além disso, também consta o debate da militarização a partir dos olhares das mulheres.

Nessa caminhada e buscando olhar para a realidade vivida pelos povos empobrecidos e marginalizados do Rio de Janeiro, o Pacs, há quase 20 anos, trabalha também com a construção da crítica desde os territórios para denunciar o avanço do capital na Zona Oeste da cidade e a instauração de megaprojetos de desenvolvimento como a maior companhia siderúrgica da América Latina, localizada no bairro de Santa Cruz. A Ternium Brasil, antiga TKCSA, desde o início do século XXI tem produzido mortes no território. Acompanhamos a morte de pessoas pela poluição do ar, a morte de formas tradicionais de produção de vida e a morte de sonhos de apenas terem suas vidas de volta. Nesse escopo, o PACS produziu diversas ações, campanhas e produção de conhecimento crítico, como o livro “Vidas Atingidas: histórias coletivas de luta na Baía de Sepetiba”, um trabalho que marca essa caminhada junto as(aos) moradoras(es), pescadoras(es), marisqueiras e jovens e dialoga também com o cerceamento de vidas, de potencialidades.

A militarização é também um megaprojeto estrutural do desenvolvimento capitalista em sua vertente mais violenta, racista e patriarcal, como muito do que se vê no avanço de uma economia neoliberal, transnacional e financeirizada. É a sustentação de um

modelo que se manifesta todos os dias na produção de desumanidade, desigualdade e extermínio.

No ano 2019, em parceria com Gizele Martins, comunicadora comunitária da Maré, foi construída coletivamente esta publicação, que traz o ponto de vista das mulheres de diferentes territórios militarizados. Essas mulheres escreveram suas histórias, trouxeram suas narrativas, desde os lugares de onde vivem. Essa rede conectou histórias que vão do Rio de Janeiro, passando pelo Ceará, por São Paulo, por Honduras, pelo México e até à Palestina. São narrativas que pulsam a luta pela desmilitarização da vida, das mentes e do cotidiano, e refletem sobre os impactos reais do convívio com esse cenário de dor.

São diferentes perspectivas do que é ser mulher. Existem semelhanças e particularidades na luta de mexicanas, palestinas e brasileiras. São caminhos diariamente criados para a construção de possibilidades de sobrevivência e respiro no meio de tanta destruição, do



ataque às formas tradicionais de viver, do genocídio da população negra e não branca, e do massacre das populações empobrecidas e periféricas. “Fortaleza das mulheres: relatos sobre a militarização da vida” traz práticas de enfrentamento a uma política justificada por um modelo falacioso de combate às drogas, ao crime organizado e à violência.

Em meio a uma realidade de opressão e silenciamento, é urgente ouvir a voz de quem luta para ser escutada.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

MILITARIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES EM TERRITÓRIOS DE CONFLITOS NO BRASIL, NA AMÉRICA LATINA E NA PALESTINA

Gizele Martins

A favela em que nasci, a Maré, é um dos maiores conjuntos de favelas que existem no Rio de Janeiro. Somos mais de 140 mil moradores espalhados pelas mais de 16 localidades. Ali temos museu, postos médicos, iluminação nas ruas, transporte alternativo, comércio local, água, festas de rua, comunicação comunitária, tudo isso por obra da organização popular, por mutirão, pela necessidade de se virar nos trinta para ter o seu próprio lugar. Assim, o pouco que temos hoje em termos de políticas públicas, foi conquistado com muito esforço, é fruto das lutas dos próprios moradores. Cada favela se constrói a partir da organização comunitária, como um refúgio. É a nossa morada, o nosso lar! A organização comunitária é a solução quando o Estado nos nega direitos, quando a sociedade nos enxerga



como um problema, como o inimigo, como aqueles que devem continuar à margem, inclusive, do direito à vida.

Na minha experiência de sobrevivência na Maré, o que sempre chegou por via do Estado na favela, e cada vez mais, é militarização da vida. Nos meus pouco mais de 30 anos de vida, não esqueço de nenhuma cena de violação de direitos que já vivenciei: Já perdi uma casa invadida pelas polícias; perdi parentes por causa da violência policial; tive familiares detidos apenas por serem moradores da favela; passei dias e mais dias sem estudar ou trabalhar por causa das inúmeras operações policiais; deixei de fazer o que mais amo, que é a comunicação comunitária porque fui ameaçada pelas forças militares do Exército Brasileiro quando denunciava as violações de direitos cometidas por eles contra o meu povo mareense, durante os anos de 2014 e 2015, período em que estiveram na Maré, época da Copa do Mundo. Já enfrentei tanques de guerra na minha rua. Já corri de caveirões, já me escondi no local mais seguro da casa por causa dos tiros de helicóptero, o tal caveirão voador; já gritei contra os assassinatos cometidos pelas polícias e pelo exército; já gritei de revolta por causa do 'Muro da Vergonha', o tal muro do apartheid carioca, que separa a Maré da Linha Amarela e da Linha Vermelha.

Tudo é resultado de uma política estatal militarizada, feita para controlar pobres, pois só na Maré, nestes últimos 10 anos, ocorreram inúmeras violências por parte das polícias: Federal; Exército; Polícia Militar; Civil; dentre outras. Este impacto que vivenciei e vivencio na Maré também é realidade em outras favelas como em Acari, no Vidigal, na Baixada Fluminense, na Cidade de Deus, na Rocinha, no Chapadão, no Alemão.

Prova de que a militarização é uma prioridade e uma política de

Estado é um governador - Wilson Witzel, eleito com mandato de 2019 a 2022 -, aumentando suas relações com Estados que são referência na política de matar. Uma autoridade que não esconde o seu racismo e os seus interesses em militarizar vidas cada vez mais. Ele comemora as mortes nas favelas, diz que a polícia deve “atirar na cabecinha”, e desde o início do seu mandato demonstra que, para ele, os gastos públicos devem ir para a dita segurança pública, para comprar helicópteros e carros blindados - os caveirões -, snipers etc. O atual governador é só uma expressão de tantos outros que já passaram, talvez uma versão piorada ou mais explícita.

Essa não é uma realidade só da gente que vivencia o espaço favelado e periférico do Rio de Janeiro. Tomei conhecimento disso a partir do momento em que tive a oportunidade de circular por outros estados, outros países, ouvir outras experiências. É possível perceber as negociações entre os Estados que nos aterrorizam. Os primeiros caveirões que vieram para o Rio, comprados por governos anteriores, foram importados da África do Sul. Todos eles foram utilizados nos tristes anos do apartheid de lá.

Atualmente, os caveirões que aterrorizam as vidas faveladas e negras do Rio vêm de Israel. As polícias do Rio, durante os megaventos, treinaram em Israel. Os drones usados para acabar com vidas palestinas, estão também para ser comprados pelo governador

do Rio. A empresa de cimento que constrói muros que separam os povos palestinos, é a mesma que vem tentando entrar em outros países da América Latina, assim como no México, no Brasil, dentre outros, e com a mesma função: construir muros do apartheid.

— Ou seja, esses países e empresas estão entrelaçados na sua política bélica e de controle. Se pararmos para analisar, os povos empobrecidos são sempre estereotipados como inimigos do Estado, ou seja, eles nos definem como alvos e inventam uma guerra apenas para nos controlar. Em cada espaço, estado ou país, as populações atingidas pela militarização são as que historicamente sobrevivem ao racismo cotidiano, são essas as pessoas atingidas e colocadas sempre à margem da cidade, dos direitos, sempre criminalizadas – apenas por existirem e resistirem – para benefício de alguns, poucos: os brancos, os ricos, os que governam, os que detêm o poder.

***“Atualmente, os caveirões que
aterrorizam as vidas faveladas e
negras do Rio vêm de Israel”***

Mas, em qualquer um destes espaços em que estive, sempre havia uma referência de luta, que obviamente não era o homem branco e rico, como é contado pelo jornalismo comercial, pela academia ou pelos livros. Era sempre a figura da mulher na linha de frente. Isto eu vi tanto no México, quanto na Palestina, na Colômbia, no Equador,

na África do Sul e em tantos outros lugares que conheci nos últimos anos.

A partir da conexão de experiências de mulheres da favela e das que resistem em outros espaços, sobrevivendo à militarização, ao encarceramento, ao massacre e aos Estados terroristas, reflito sobre o fato de que qualquer falta de direitos - inclusive à vida - é resultado de políticas de Estado, o que resulta num genocídio muito bem planejado que nos adocece aqui e em qualquer parte do planeta, quando tira as vidas das pessoas próximas de nós, dos nossos povos, dos nossos lugares de moradia e de resistência diária, de nossa construção local.

Nas páginas desta publicação vamos encontrar essas conexões contadas pelas próprias mulheres que vivem o seu cotidiano sem a escolha de estar ou não na linha de frente, pois isto não é uma escolha, nem mesmo um dever, é uma condição de sobrevivência, de manter a si e aos seus povos vivos. Cada uma das mulheres convidadas não só relata seu dia a dia – parecidos com o meu relato sobre os impactos da militarização, do racismo e do apartheid na minha vida -, como analisam as realidades, o racismo, o capitalismo e a origem das armas que não apenas nos matam, mas fazem nossos lugares de laboratório de extermínio.

Se eles, os ditos donos do poder, internacionalizam a militarização, o racismo e o apartheid, nós, mulheres, internacionalizaremos a luta contra a militarização, o racismo e o apartheid!

Favela vive e resiste!

O ESTADO MATA ANTES DE APERTAR O GATILHO

Buba Aguiar

A militarização dos corpos marginalizados vem ganhando proporção cada vez maior. Podemos enxergar isso pelo modus operandi da atuação policial nas favelas e periferias. O estado brasileiro é o principal responsável pela construção do pensamento de que há uma classe de “corpos matáveis”.

Vivemos sob tutela de um estado policialesco que atua pelos interesses das classes dominantes em detrimento dos direitos do povo, e a militarização dos territórios favelados é um mecanismo utilizado para manutenção e perpetuação dos privilégios de quem já os têm e para o controle dos indivíduos vistos à margem da pirâmide social.

A tortura, por exemplo, é um resquício não somente da época de ditadura militar, mas da época da escravatura, quando diversos procedimentos eram usados para punir indivíduos que não se encaixavam nos padrões sociais da época, ou seja, os negros escravizados, indivíduos que eram objetificados e animalizados. O estado, ainda hoje, usa de tais mecanismos para punir, de diversas formas, aqueles que são construídos como “o inimigo”: a população negra e pobre.

Porém, a vítima da violência do estado não é somente o indivíduo diretamente atravessado por ela. É também, por exemplo, a mãe que

chora por seu filho executado em operação policial.

Todo o aparato usado pelo estado nas operações policiais, que violam os direitos do povo favelado, é digno de situação de guerra, além do discurso para o uso de tais ferramentas, o da “guerra às drogas”, ser falacioso e com viés explicitamente racista, ainda tem o fato de que os dois lados mais vistos nessa chamada guerra, agentes de segurança pública e varejistas de drogas, não estão em pé de igualdade.

O início do uso de grandes veículos blindados, conhecidos como caveirões, se dá na África do Sul, no regime do apartheid, para intervenções nos guetos, em 1948. Podemos dizer que a finalidade do uso, lá e aqui, é a mesma: política de segregação e extermínio. Oficialmente, o caveirão deveria ser usado somente para apoio em operações e resgate de policiais feridos durante as mesmas, porém o uso do carro blindado é de combate.

Em 2014, o estado do Rio de Janeiro ganhou oito novos caveirões para as Polícias Civil e Militar. Os carros, fabricados por uma empresa sul-africana, foram colocados para uso na mesma semana em que chegaram ao Rio.

Geralmente de cor preta, carrega na lateral a imagem de uma caveira brava que tem uma adaga cravada e duas armas cruzadas, e já chegou a ter alto falantes adaptados que anunciavam de forma macabra a chegada do blindado nas favelas, o caveirão é o símbolo mais adequado para falar de terrorismo de Estado.

A violência urbana é parte, de forma proposital, da agenda política que nos cerca. É necessária a análise do aumento da violência urbana, principalmente na perpetuação do Estado como monopolizador da violência na sociedade, e instaurando a base para uma so-

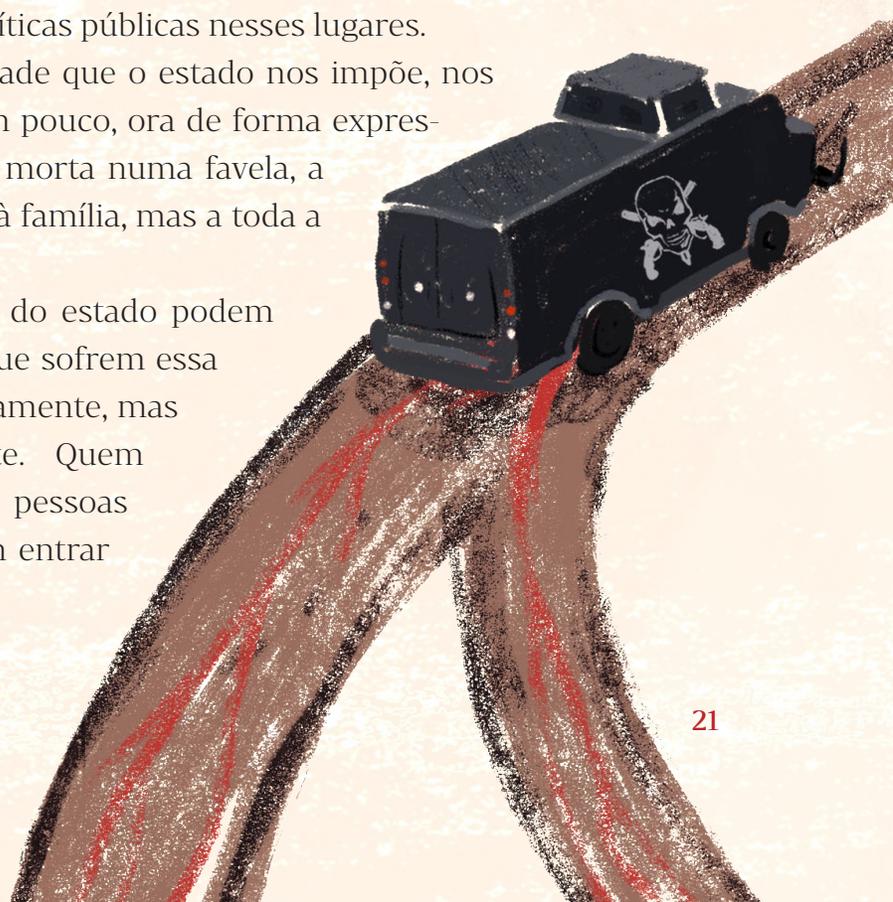
ciabilidade violenta o Estado tem nas mãos a desculpa perfeita para o controle e a vigilância da massa, com foco nas favelas e periferias do Rio de Janeiro.

É importante também expor a semelhança entre as opressões orquestradas contra o povo em outros países, como a Palestina. O Brasil é, por exemplo, um dos principais compradores de tecnologia e treinamento militar israelense, ou seja, o Brasil é um dos maiores clientes da indústria de armas de Israel. Os instrumentos usados no genocídio do povo palestino são os mesmos usados pelo Estado brasileiro contra o povo pobre e favelado. Isso poderia ser apenas uma comparação, se não fosse o fato de que a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o Exército brasileiro tiveram renovação técnica e bélica importada das Forças Armadas Israelenses.

O Estado age através da política do medo em relação aos moradores de favelas. Essa política é posta em prática de várias formas, não apenas com o uso de seu braço repressor, a Polícia Militar, mas também com a falta de políticas públicas nesses lugares.

Além de toda precariedade que o estado nos impõe, nos matando, ora de pouco em pouco, ora de forma expressa. Quando uma pessoa é morta numa favela, a situação não afeta apenas à família, mas a toda a comunidade.

As marcas da violência do estado podem ser notadas nas pessoas que sofrem essa violência, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente. Quem tem proximidade com as pessoas mortas pela polícia podem entrar







num processo de luto interminável. Assim como quem é agredido pelos policiais pode entrar num processo de revolta sem fim.

Mas todo aquele que vive um cotidiano de violações de direitos por parte do Estado, mais cedo ou mais tarde, pode vir a apresentar danos psicológicos. E diante das sucessivas violências vivenciadas por nós, povo das favelas, não seria diferente com a gente.

“O caveirão é o símbolo mais adequado para falar de terrorismo de Estado”

Ao mesmo tempo que é assustador perceber que a gente sobrevive, ao invés de viver, em meio a esse caos. É também, absurdamente assustador perceber que podemos adoecer por conta disso.

Entre o final de 2016 e o começo de 2017 dei uma relaxada no meu tratamento terapêutico. Porém desde o início do mês de janeiro desse ano a Favela de Acari, onde moro, assim como várias outras favelas, sofreu com inúmeras operações policiais nas quais os agentes sempre praticam absurdas violações e abusos.

Com isso, percebi um aumento, tanto na frequência quanto na in-

tensidade, das minhas crises de ansiedade. Meu organismo altera os padrões fisiológicos e psicológicos no modo de reagir a esse cotidiano de mortes, de sangue escorrendo, e de mães, filhas, primas, irmãs e esposas chorando.

Tais reações geram preocupantes tensões corporais. Alguns profissionais da saúde dizem que a ansiedade pode colaborar, por nos colocar num estado de atenção e alerta nos protegendo de possíveis perigos. Mas como lidar com isso quando vivemos sob constante perigo, ameaça e violência vindas de um agente visto como intocável, como é o estado, especialmente seu braço armado?

Nossa mente conhece nossos medos e quando eles parecem ser distantes fantasmas, ela trata de fazê-los presentes. Certa vez estava no meu trabalho formal e ouvi o barulho dos fogos que anunciam a chegada da polícia na favela. Aquilo desencadeou uma forte crise de

ansiedade. Somente depois de algumas horas, quando já estava mais calma, descobri que não haviam soltado fogos. Minha mente foi quem soltou meus fantasmas, num mo-

mento totalmente inesperado. E

assim se tornam frequentes

os calafrios, a sensação de

aperto no peito, as pal-

pitações, os tremo-

res, as náuseas, a

falta de ar, vô-

mitos, ton-

turas.



Em graus elevados, a ansiedade acarreta uma série de problemas no que se refere à saúde física de quem sofre do transtorno. As dificuldades para dormir e os pesadelos estão entre esses problemas, e também estão entre os que detectei em mim. E piorou de uns tempos pra cá, visto que tem havido várias incursões policiais com trocas de tiros durante a noite, e também a prática da tróia pelos policiais, que é quando eles ficam escondidos em alguma casa na favela por horas até atacarem de surpresa sem uma operação oficial.

Num outro momento da minha vida, estive em acompanhamento nutricional para conseguir ganhar alguns poucos quilos e chegar ao peso ideal para meu IMC (Índice de Massa Corporal), porém uma outra consequência da ansiedade são os distúrbios alimentares. Com isso, os quilos que deveria ganhar, eu perdi.

As dores de cabeça e nas costas se tornaram companhias constantes, juntamente com a falta de ânimo para sair e estudar. O cansaço também.

E a vida se torna quase uma maratona diária que quando eu termino me sinto merecedora de uma medalha: tomar café correndo para sair enquanto ainda não entraram, perder a fome no almoço porque ainda estão na favela e humilhando moradores. Não ir para faculdade, ou porque está ocorrendo operação, ou porque o horário de saída da faculdade é tarde e corro o risco de ser baleada numa emboscada deles. Quando é possível ir para faculdade, minimamente tranquila, ok. Mas como estudar ao som dos tiros, que muitas vezes são disparados a esmo pelos policiais?

Como sabemos que a causa de nossa dor é um elemento público, os agentes do estado, a reparação dos danos causados deveria ser também pública, incluindo atendimento clínico, com terapias públi-

cas de qualidade.

As terapias são de grande importância para o autoconhecimento do indivíduo, no mapeamento do motivo que fez com que a pessoa desenvolvesse tal ou qual distúrbio. Importante também para que a pessoa tenha uma vida de qualidade sabendo lidar com os gatilhos de suas crises.

Mas como ter uma vida de qualidade quando a causa disso chuta os portões com grossas botinas e diz gritando que chegou para levar sua alma?

O Estado consegue matar antes de apertar o gatilho.

A MULHER E A DEFESA DOS TERRITÓRIOS NO MÉXICO

Daniela González López

No México, a suposta guerra contra o narcotráfico impulsionada pelos dois últimos governos de direita “panistas” e “priistas”, encabeçados por Felipe Calderon e Henrique Peña Nieto, deixaram como consequência a militarização e a violência permanente em todo o território nacional.

Essa situação reflete-se nos massacres, assassinatos, desaparecimentos, violações, torturas e remoções forçadas, realizadas pelo crime organizado, por grupos paramilitares, por policiais e militares, os quais ocorrem frequentemente no contexto de imposição de projetos de morte - mineração, energia eólica, hidroelétrica, turísticos e de faturamento hidráulico - que desapropriam as terras e bens naturais dos povos indígenas.

Em Oaxaca, foram outorgadas 322 concessões mineiras para extrair prata, ouro, cobre, zinco e outros bens naturais. Valles Centrales, a região mais populosa do estado, é a que abriga a maior concentração de permissões. Em torno de 80% desse território foi cedido a empresas de mineração do Canadá e dos Estados Unidos, perfazendo um total de 87 concessões.

As concessões para a mineração foram entregues em 90 municípios do Estado de Oaxaca por um período de 50 anos. Esses mu-



nicípios não foram consultados a respeito dessa entrega às mineradoras.

Esse contexto de injustiças é vivido diariamente pelas comunidades indígenas mixtecas de San Isidro, Vista Hermosa, El Ojite, Cuauhémoc, San Miguel Tetepelcingo, Guadalupe, e Nuevo Tenochtitlan - Oaxaca, México, nas quais o grupo paramilitar Antorcha Campesina comete agressões permanentes para desapropriar territórios.

Por conta disso, diversas comunidades indígenas decidiram entrar na resistência e, por isso, são criminalizadas através do exercício constante de repressão e violação aos direitos humanos. As e os indígenas que defendem seu território são constantemente assassinados e ameaçados de morte.

“Diversas comunidades indígenas decidiram entrar na resistência e, por isso, são criminalizadas através do exercício constante de repressão e violação aos direitos humanos”.

Essa violência impacta de forma direta a vida das mulheres, que são dirigentes naturais de diferentes regiões indígenas do Estado de Oaxaca e estão ameaçadas de morte pelo grupo paramilitar Antorcha Campesina. Alguns exemplos são os casos de Soledad Ortiz Vásquez, Esperanza Hernández Hernández, Bernardina Santiago López (mixtecas), Claudia Tapia Nolasco (mixe) e Daniela González López.

Mulheres defensoras dos direitos humanos e dos territórios indígenas trabalham diariamente, de maneira voluntária, acompanhando

do e vigiando para evitar as agressões permanentes que os grupos paramilitares realizam contra diversas comunidades. Além disso, elas atuam na organização e oferta de oficinas, fóruns, cursos e seminários para a promoção, difusão e defesa dos direitos humanos. Na luta pela defesa dos territórios, essas mulheres demonstram valor, inteligência e dignidade para conduzir suas ações a partir da base cultural histórica das Assembleias Comunitárias, nas quais emergem os acordos coletivos de suas comunidades.

Na hora de exigir justiça e castigo aos criminosos, que as mantiveram submetidas ao terror, as mulheres enfrentam uma fechada rede de cumplicidades que se mobilizam entre diferentes níveis de governo para garantir a impunidade aos agressores, protegidos e financiados pelos mesmos governos priistas, panistas e perredistas através de atos de corrupção.



Entrevistas a defensoras de Direitos Humanos

Daniela González López

Coordenadora Internacional do Observatório de Direitos Humanos dos Povos.

“É muito importante o contato direto que temos com as lutas que os povos indígenas estão realizando hoje em Oaxaca e outros estados do país. Eles buscaram nossas organizações para a defesa da educação pública e do território contra a imposição dos projetos de morte, os quais através da militarização e paramilitarização estão desapropriando nossos territórios, acabando com a identidade cultural dos povos e com os bens naturais, que interessam as empresas multinacionais”.

“O governo de direita priista de Enrique Peña Nieto implementou três aspectos: o militarismo, o paramilitarismo e o crime organizado. Isso se notou de maneira muito evidente na quantidade de assassinatos a líderes polític@s e candidat@s antes das eleições de 1 de julho de 2018. Estamos falando de mais de trezentas mortes. Outra mostra clara do terror que o governo implantou foram as candidaturas para disputar os postos da eleição popular, nos quais três



mil e quinhentos se inscreveram, mas mil renunciaram por ameaças diretas”.

“A luta das mulheres indígenas no Estado de Oaxaca e em outros do México é muito importante. Não é por acaso que as companheiras indígenas mixtecas e mixes estão ameaçadas de morte pelo grupo paramilitar Antorcha Campesina”.

“A união e a luta que nós mulheres estamos realizando a partir de nossas organizações populares é fundamental. É aí onde querem calar as vozes das mulheres organizadas. No entanto, não vão conseguir porque nós temos muito claro qual é o nosso caminho. Através da construção do poder popular, estamos demonstrando uma forma de organização que retoma as assembleias como espaços amplos de análise, discussão, definição de acordos e suas execuções, assim como ambientes de educação popular e economia solidária. Uma nova ideologia que nos permite criar meios de comunicação populares, um território e equipes de segurança e de defesa dos direitos humanos”.

Soledad Ortiz Vásquez

Indígena mixteca de Oaxaca, México. Conselheira Geral do Conselho de Defesa dos Direitos do Povo CODEP e integrante do Observatório de Direitos Humanos dos Povos.

‘Soledad narra os acontecimentos de quando sofreu uma tentativa de assassinato e foi ameaçada de morte por parte do grupo paramilitar Antorcha Campesina’:

“Acabem com ela! Ela não vai viver para contar! E me rodearam. Eu gritei: estão me agredindo! Então se dispersaram. Eu abaixei, saí e me dirigi ao hospital onde estavam os companheiros agredidos pelo grupo para-

militar Antorcha Campesina. Neste dia estivemos no tribunal e, ainda que eu tenha apresentado a denúncia da ameaça – que é considerada um delito –, o juiz disse que não procedia, porque não mostrei medo e quando saí do ministério não fui para casa, mas me dirigi ao hospital. Como estão acostumados a receber dinheiro do governo, atuam assim, dizendo que é um conflito entre os povos, para que nunca estejamos unidos e dessa maneira possam impor seus projetos mineiros, que já estão concessionados”.

“Nós, como povos originários, já entendemos que nosso território é nossa vida, nossa casa, nossa língua, nossa forma de alimentação, aqui está tudo e fazemos tudo pelo nosso território”.

“Como don@s de nossos territórios, jamais vamos deixá-los. Peña Nieto pretendeu nos desapropriar, entregando-os à exploração, mas os povos indígenas não vão permitir que os destruam, porque é parte da nossa vida, nossa história, nossa identidade. Aqui está o poder popular”.

Claudia Tapia Nolasco

Conselheira Geral do Conselho de Defesa dos Direitos do Povo CODEP e Dirigente da Assembleia dos Povos em Defesa do Território, da Educação Pública Gratuita e dos Direitos Humanos.

“Como mulheres estamos vulneráveis diante os grupos que estão nos causando danos. Sempre atuando de maneira violenta, sempre nos enfrentando com abuso de poder”.

“Vivi uma experiência em 10 de março de 2019. Fui eleita pela Assembleia das Colônias Populares, disputei um cargo público para ser Agente Municipal de San Matin Mexicapan, uma agência multicultural onde vivem representantes de povos originários de todas as regiões do estado de Oaxaca, um bastião do partido de direita PRI, o qual administra grupos de choque, paramilitares e o tráfico ilegal de pessoas. Eles queriam nos

sujeitar, no entanto, não permitimos porque temos a ética de trabalhar sempre de mãos dadas com os povos. Por eles enfrentamos a perseguição e a repressão”.

“Produto dessa luta, sofri um atentado e estou ameaçada de morte pelo grupo paramilitar Antorcha Campesina, por ser defensora dos direitos humanos”.

“Não nos calarão por isso. Seguiremos nessa luta para exigir justiça para nosso país, para a América Latina e para o mundo. O dever de cada uma de nós que lutamos por um mundo com justiça e igualdade é seguir adiante”.

A mulher e o território

Mulheres na luta

Pela defesa dos territórios

Mulheres na luta

Pela defesa dos territórios

Contra a imposição

Dos projetos de morte

Minas, hidrelétricas, eólicas, turísticos

Todos acabam com a vida

Os maus governos geraram violência

Contra as mulheres que lutam

Pela paz, pela justiça e pela vida

E pelos direitos humanos

*Não mais paramilitares que geram terror
Contra as mulheres e os povos*

*E querem nos desapropriar
Do território ancestral*

*Não mais violência contra as mulheres
Que lutam nas suas regiões
Indígenas defensoras
Dos direitos humanos*

*Que vivam sempre, que vivam
As mulheres e suas lutas
Defensoras da vida
Geradoras de amor*

*Que vivam sempre, que vivam
As mulheres e suas lutas
Que junto à mãe terra
Inspiram-nos de amor*

Autora: Daniela González López

Música: Daniel González Navarro del Grupo Musical SSTaller del Sur

A FORTALEZA DAS MULHERES

Mães e familiares do Socioeducativo do Ceará

É como eu sempre digo: a polícia acabou com os meus sonhos. Eu tinha o sonho de que meus filhos estudassem pra seguir a carreira militar. Quando eram pequenininhos, eu coloquei uma roupa de policial neles, bati foto e tudo. O quadro está lá em casa até hoje, tirei o pó dele esses dias e acho que nem vou pendurar mais. Nem eu quero mais que sejam nem eles querem ser militares. Não quero meus filhos recebendo treinamento que embrutece.

Todos os dias a polícia entra lá na comunidade. Chega vasculhando as casas, revistando quem estiver pela frente. De uns tempos para cá eles vêm numas motos que parece que vem entrando os cavalos do cão. Se o cachorro latir, eles atiram no cachorro. Isso acontece em todas as comunidades. Eu digo porque um dia eu estava numa roda de conversa na universidade sobre violência policial e tinha uns meninos de várias comunidades que estavam na Liberdade Assistida e todo mundo falou como a polícia atua nas suas áreas. Era melhor não dizer de onde éramos para não ter problema entre os meninos, mas as histórias se repetiam.

Dr. Cristian*, o juiz, estava lá também e eu perguntei para ele: quando o menino é pego na comunidade, se não tiver dinheiro, eles apanham e a polícia ainda forja um flagrante dizendo que encontrou droga com ele. Levam para a delegacia – quando levam, porque às

vezes só querem o dinheiro - e quando chegam no IML que fazem o exame de corpo de delito, quem fica com o laudo? Quem tem acesso a esse laudo? Eu perguntei porque meu filho já teve cinco quedas e eu já o vi muito machucado, mas nunca tive acesso a um laudo. Ele não respondeu, colocou outra história por cima. E a gente segue sem ter acesso aos documentos que eles mesmos produzem e que deveriam resguardar nossos direitos.

A gente pede só que se cumpra a lei. Não pegou o menino? Pois leve pra delegacia. Outro dia a menina chegou correndo lá em casa porque tinham prendido meu filho de novo. Corri lá e os policiais me mostraram um saquinho com uns pacotinhos, dizendo que aquilo era do meu filho. Eu disse: pois levem para a delegacia. Soltaram na mesma hora, mas meu filho ainda arranjou uma parte do dinheiro que eles estavam pedindo. No caso do meu filho queriam dinheiro. No caso de outros querem a dignidade: batem e vão embora. Voltam no outro dia, todos os dias, e o medo retorna com eles.

Quem mora em comunidade tem medo, todo dia. Todo dia. Quando eles chegam, os adolescentes já correm porque sabem: quem fica

vai apanhar. Se escondem até em um bueiro que tem lá. Se eles pegam alguém, o menino já joga o celular longe porque sabe: quem fica perde o celular. Já invadiram a minha casa, espancaram esse meu filho e outro menino, levaram um cordão e o salário do meu marido, fizeram as meninas tirarem toda a roupa acusando de que tinham droga. Para reaver os objetos não sabemos a quem pro-





POLICIA

POLICIA

POLICIA



curar porque eles não levam as coisas para a delegacia. Meu menino mais novo tem 12 anos e foi jogar fliperama lá perto quando a polícia chegou fazendo uma abordagem. Ele me disse que não sabia nem como era o jeito de colocar as mãos na cabeça.

Eles já tiraram foto de vários meninos e enviaram para os rivais deles perguntando quanto valiam suas vidas. Caso o menino não desse um jeito de cobrir o “lance” dos inimigos, eles levariam para o lado inimigo e deixariam lá. E deixaram mesmo. Fizeram mesmo isso. O menino conseguiu escapar e apareceu de volta todo arrebatado, ensanguentado.

Quando eles pegam alguém, a gente corre, chama a mãe do menino e fica olhando a ação deles. Se a Margarida está lá, eu já corro para perto. Se eu estou lá, ela vai também. E as outras vão chegando. É arriscado. Eles acham ruim, mandam a gente voltar para casa, chamam a gente de vagabunda, ameaçam. Bateram na mãe do Vanderlei quando ela foi pedir para que parassem de bater no filho dela. Mas mesmo assim a gente vai e fica olhando: vão fazer o que contra a gente? Eu não estou lá desacatando ninguém. Fico de pé, olhando, fico perto.

Nem adianta querer filmar porque eles tomam nosso celular. A gente tenta filmar para ter uma prova das violências que eles realizam, mas nos proibem. Ao mesmo tempo, são os primeiros a chamar os programas policiais para filmarem os meninos. Eu não assisto, mas minhas vizinhas sempre avisam quando nossos meninos passam nesses programas bem na hora que está todo mundo almoçando de frente para a televisão. Nessas reportagens, os adolescentes são sempre culpados e a polícia sempre atua perfeitamente. Além dos programas, ainda tem as fotos que os próprios policiais tiram e colocam no Facebook, mandam pelo Whatsapp.

Lá na comunidade tem uma casa abandonada que é usada só para isso. Um sábado de manhã levaram o filho da Margarida para essa casa. Ela se aproximou, disse que era a mãe dele, que era acompanhada pela ONG que é parceira nossa e que ia chamar a reportagem se eles não parassem de bater no menino. Acho que eles ficaram com medo. Devolveram o menino para ela, todo roxo e machucado. Quando eles levam o menino e demoram horas para chegar na delegacia, a gente liga para o próprio 190 para localizar a viatura. Da última vez, a viatura apareceu depois de quase quatro horas.

Quando alguém é preso, a gente sempre se ajuda para localizar o menino, falar com a delegacia e ter informação. Quando é adolescente eu já tenho mais facilidade porque sou do Grupo de Mães do Socioeducativo. Coloco minha blusa e consigo entrar com a mãe ou o pai do menino, explicar como é que as coisas funcionam. Lá dentro é outra batalha enorme para que eles não saiam descrentes de que existe outro caminho depois de sofrer tanta violência da polícia, da mídia e das facções. Lá dentro a preocupação deles é manter os meninos sob controle. A qualquer custo. Parecem esquecer que esse

menino tinha uma vida antes e que tem gente lutando para que ele sobreviva ao sistema e tenha uma vida digna aqui fora.

A gente vai dando o jeito que pode, enfrentando todo dia o medo e a humilhação, cuidando umas dos filhos das outras. É difícil ter sangue frio para não explodir com tanta injustiça. A gente vai se ajudando, uma apoiando a outra. É uma luta cotidiana contra coisas que a gente tem até medo de falar em voz alta. Esse texto aqui é uma das primeiras vezes que a gente fala sobre isso fora da nossa comunidade. Não sabemos nomes – eles retiram a identificação do colete e entram de balaclava. E mesmo assim parece que os nomes não fazem muita diferença: os policiais militares não ficam muito tempo no mesmo lugar, mas os que chegam continuam a crueldade dos que se foram.

“É difícil ter sangue frio para não explodir com tanta injustiça. A gente vai se ajudando, uma apoiando a outra. É uma luta cotidiana contra coisas que a gente tem até medo de falar em voz alta”

Crueldade que ameaça castigar e capturar nossos filhos a qualquer momento, que nos ameaça se nos levantamos contra alguma dessas tantas injustiças. Nem o direito de fazer festa nós temos. Outro dia a polícia chegou jogando bomba de gás lacrimogêneo no São João, foi até notícia. Mas não saiu no jornal a notícia do baile que os jovens fizeram e acabou com a polícia batendo com cano de pvc em duas fileiras de meninos e meninas.

Eu estou até pensando em me juntar com os meus vizinhos e colocar um portão na entrada da comunidade. Quem sabe assim eles não acham mais parecido com condomínio e nos deixam em paz? Não sei se vai funcionar, mas a gente tenta ser proteção para o nosso povo o mais que podemos. Nossa cidade tem esse nome por causa de um forte militar, mas nós fazemos um novo sentido para ela. Fazemos uma fortaleza de mulheres cujo principal armamento é o amor por nós e pelos nossos.

Mariana, participante do grupo Mães e Familiares do Socioeducativo do Ceará.

* Todos os nomes próprios são fictícios.



ARMAS DE ISRAEL MATAM NA PALESTINA E NAS FAVELAS BRASILEIRAS

Soraya Misleh

“Lembro exatamente de quando entraram na minha aldeia. Eu tinha mais ou menos 12 anos. (...) Trinta e oito pessoas foram mortas na praça (por bombardeios). Nós estávamos jantando, a comida ficou no prato. Eu vi mulheres que a bomba explodiu, eu vi gente com a barriga tudo aberta. Eu vi um amigo meu, a gente estudava junto. Eu vi, com minha idade. (...) Tinha sangue pra todo lado, a cabeça dele cortada, o rosto todo branco e eu passei a mão na testa dele pra reconhecer ele, eu nunca esqueço essa cena. Essa é a drama dos palestinos. Tomaram nossa casa e nossa terra, a cidade, tudo.”

Assim meu pai descreve o que viveu em 1948, na Nakba (em árabe, catástrofe) – a criação do Estado de Israel em 15 de maio daquele ano em 78% da Palestina, mediante limpeza étnica planejada. Meu pai, tios e avós estão entre os 800 mil palestinos expulsos violentamente. Tornaram-se refugiados há 71 anos, quando mais de 500 aldeias foram destruídas. Em 1967, Israel ocupou militarmente o restante da Palestina (Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental). Hoje são mais de cinco milhões de refugiados em campos e milhares de

palestinos na diáspora. A expansão colonial sionista, em aliança com o imperialismo, segue desde então.

Nessa perspectiva, Israel tornou-se líder mundial no desenvolvimento de tecnologias para a militarização do cotidiano. Salto que se deu, sobretudo, após os desastrosos acordos de Oslo, assinados em setembro de 1993 entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Israel, sob intermediação dos Estados Unidos. Segundo a jornalista Naomi Klein denuncia em seu livro “A doutrina do choque – a ascensão do capitalismo de desastre”, Israel passou a se apresentar, após Oslo, “como uma espécie de shopping center de tecnologias de segurança nacional”. Em seu livro, a autora afirma que, ao final de 2006, ano de invasão do Líbano por Israel, a economia do Estado sionista, baseada fortemente na exportação militar,

expandiu-se vertiginosamente (8%) e a colonização de terras palestinas mais do que dobrou.

O Brasil lamentavelmente tornou-se, ainda durante os governos Lula e Dilma, um dos cinco maiores importadores de tecnologia militar is-



raelense. Em 2014, contratos bilaterais chegavam a quase R\$ 1 bilhão, número que tende a ser ampliado sob o governo de Bolsonaro, que se declara explicitamente pró-Israel. Além de acordos com a União, governos estaduais como o do Rio de Janeiro e de São Paulo têm municiado suas polícias com as tecnologias e técnicas que sustentam a ocupação da Palestina. O resultado é que armas e blindados israelenses são utilizados tanto na repressão e criminalização de pessoas e movimentos sociais quanto e, sobretudo, no genocídio de pobres e negros no Brasil. Divulgado em 5 de junho de 2019, o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que 65,5 mil homicídios foram registrados em 2017. Do total, 75,5% das vítimas são negras. Sangue palestino derramado, sangue nas favelas brasileiras. Lágrimas das mães aqui e lá. As mesmas armas.



Laboratório humano

Os palestinos são “cobaias” da militarização nas favelas brasileiras e mundo afora. Somente em 2018 foram 295 mortos e mais de 29 mil feridos em territórios ocupados por Israel, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais de 61% foram atingidos durante as manifestações pela Grande Marcha do Retorno, iniciadas em 30 de março do ano passado em Gaza e que reivindicam o retorno dos milhões de refugiados às suas terras. São crianças, jovens, idosos, homens e mulheres. Jornalistas, médicos e enfermeiros integram a trágica estatística.

Gaza tornou-se o laboratório humano perfeito há 12 anos, a partir da imposição por Israel de um cerco cruel à estreita faixa. Massacres via bombardeios são frequentes desde então. Nessa verdadeira prisão a céu aberto, em que nada entra ou sai sem a permissão de Israel – seja material de construção para levantamento das casas destruídas nesses ataques, seja medicamento, alimento ou material escolar –, são testadas novas tecnologias militares que depois se destinam à exportação. No local mais densamente povoado do mundo, onde sobrevivem como podem cerca de 2 milhões de pessoas, é grave a crise humanitária. Em função disso Gaza está à beira do colapso. Segundo a ONU, deve se tornar insustentável para a vida já em 2020. A ocupação e o apartheid institucionalizado se sustentam e lucram com o sangue e a fome palestinos.

Blindados israelenses são parte das aquisições brasileiras de equipamentos testados nas “cobaias” palestinas. Em uma licitação no dia 21 de janeiro de 2013, o Governo do Rio de Janeiro comprou oito desses blindados da israelense Global Shield, por cerca de R\$ 6 milhões. O negócio com o governo fluminense para aquisição dos

chamados “caveirões” seria visto como uma “oportunidade” à Global Shield de ter “o maior show room de segurança pública mundial” no estado que sediaria jogos da Copa de Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Em São Paulo, blindados israelenses semelhantes são chamados “guardiões”. A primeira leva, das empresas Plasan e Hatehoff, chegou em 2015 ao custo de R\$ 30 milhões. Outros quatro, da Carmor, foram entregues no ano seguinte, onerando o erário paulista em R\$ 1,4 milhão cada, segundo sites de notícias.

Além desses e de outros equipamentos, também há treinamento por Israel ao que chamam de “polícia comunitária”: um eufemismo para forças de ocupação. Um exemplo dessa parceria com governos estaduais foram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), instaladas nas favelas do Rio de Janeiro. A militarização – que se elevou vertiginosamente nos últimos anos – dá novo salto no estado fluminense, sob o governo de Wilson Witzel. Um indicativo de que isso ocorreria foi sua visita a Israel após a entrevista que concedeu à mídia brasileira ao ser eleito, na qual declarou que “a polícia vai mirar na cabecinha... e fogo”.

Nas rotineiras operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro – que enfrentam apartheid social –, fica evidenciada essa nefasta conexão. “O Exército invade a favela e em suas operações hoje, nas periferias, faz os chamados ‘fichamentos’. Nas entradas e saídas de moradores das favelas, eles os revistam, pegam suas identidades, pedem para que fiquem esperando sentados em uma cadeira, para conferir se eles têm algum tipo de violação ou passagem pela polícia. Eu vi algo muito parecido só que de uma forma muito mais intensa na Palestina, onde os moradores em seus locais, suas aldeias, seus terri-

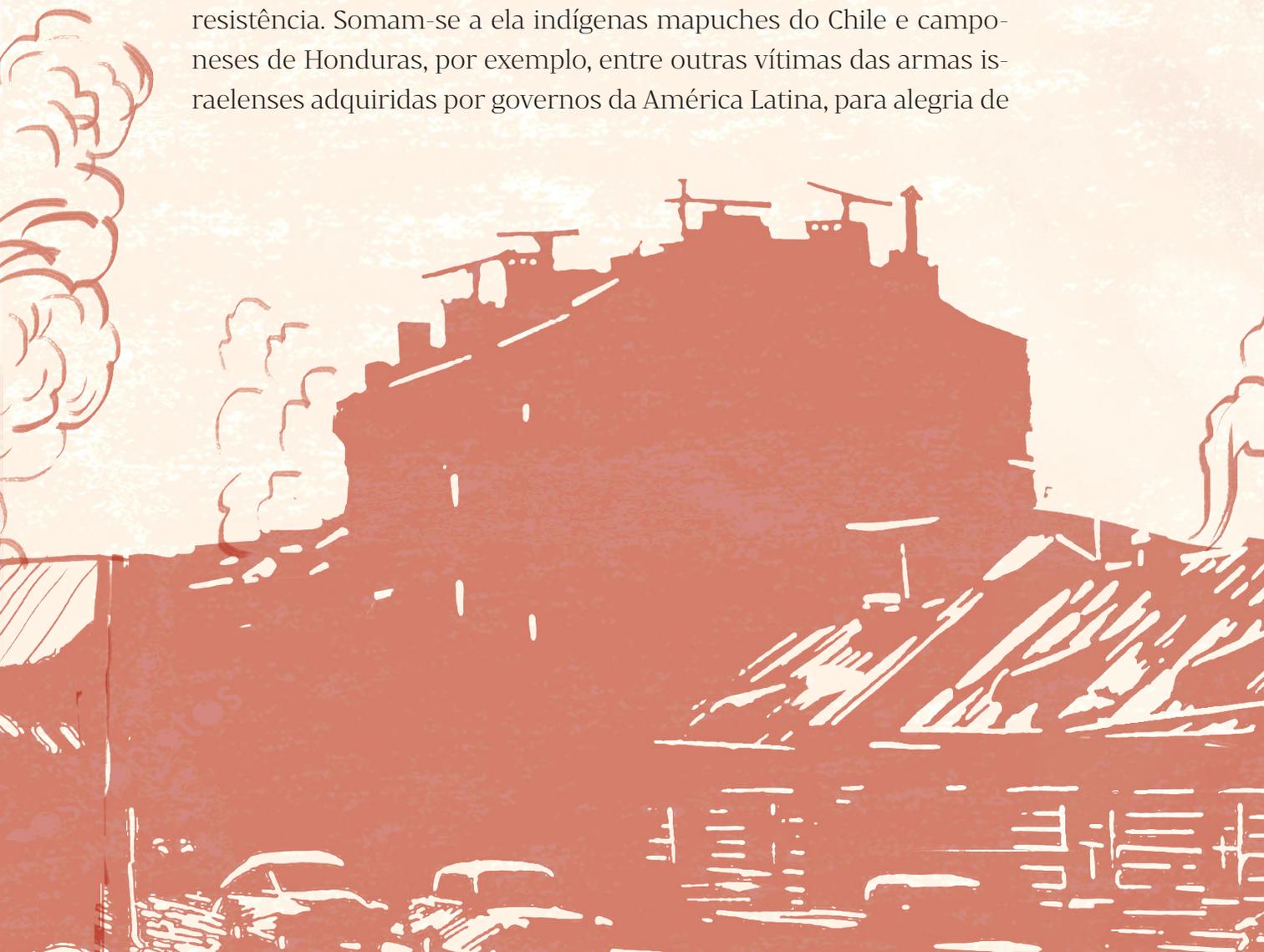
tórios, são obrigados a passar pelos checkpoints (postos de controle). Outra semelhança é a presença cada vez maior dos carros blindados, que aqui no Rio a gente chama de ‘caveirões’, dentro de nossos territórios empobrecidos, que são territórios negros, nordestinos e indígenas. Atualmente, também vêm sendo utilizados nas operações policiais nas favelas helicópteros que são uma versão desses blindados (‘caveirões’ aéreos), que atiram de cima para baixo em nossas cabeças”, contou Gizele Martins, jovem moradora do Complexo da Maré, durante o Julho Negro em 2018.

Ativista do movimento de favelas do Rio e jornalista comunitária, Gizele apresentou ainda um muro construído para ocultar da paisagem fluminense a comunidade da Maré – formada por 140 mil habitantes –, segregando-a. Segundo informaram moradores, o Governo do Rio de Janeiro gastou R\$ 20 milhões na sua construção. Enquanto os palestinos denunciam e lu-



tam também para pôr abaixo o “muro do apartheid”, um dos muitos aparatos que violam seus direitos humanos fundamentais em território ocupado, a população local resiste a desaparecer atrás do que chamam de “muro da vergonha”, como contou Gizele, que visitou a Palestina ocupada recentemente, a convite do movimento de BDS (boicote, desinvestimento e sanções) ao apartheid israelense.

No Brasil, o movimento de favelas tem estreitado a conexão entre os oprimidos na América Latina e na Palestina. Audiências e tribunais populares no Julho Negro, além da campanha “Caveirão Não” são alguns exemplos da união dessas lutas. A resposta à cumplicidade mútua no apartheid e extermínio tem sido a internacionalização da resistência. Somam-se a ela indígenas mapuches do Chile e camponeses de Honduras, por exemplo, entre outras vítimas das armas israelenses adquiridas por governos da América Latina, para alegria de



Israel, que tem voltado seus olhos à região, sobretudo após a perda de 46% nos investimentos externos com o fortalecimento nos últimos anos da campanha de boicote na Europa. Lamentavelmente, o Brasil tem sido a porta de entrada para esses acordos. Delegações israelenses e dos países vizinhos se encontram em território nacional para fechar negócios e apertar suas mãos sujas de sangue.

Tais “produtos” são expostos em eventos internacionais de segurança e defesa, como a Latin American Aerospace & Defence (Laad), chamada por ativistas de “Feira da Morte”, que ocorre anualmente no Brasil sempre no Riocentro, no Rio de Janeiro, à exceção de 2018, quando se realizou em São Paulo. Moradores das comunidades no Rio de Janeiro se unem a palestinos e organizações nos protestos contra a “militarização de suas vidas”, articulação que se expande a cada edição do Julho Negro.

A campanha de boicote

Na compreensão de que sua luta é uma só, esses movimentos se somam, assim, ao chamado internacional feito em 2005 pela sociedade civil palestina por BDS (boicote, desinvestimento e sanções) a Israel. Reiterado desde então, o movimento tem a adesão de nomes como Angela Davis e Desmond Tutu e traz como proposta que governos e sociedade civil de todo o mundo promovam embargos e sanções a Israel até que se reconheçam os direitos fundamentais do povo palestino. Baseado na campanha que ajudou a pôr fim ao apartheid na África do Sul nos anos 1990, o BDS pleiteia o fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes e a derrubada do muro de segregação, em construção na Cisjordânia desde 2002, que divide terras, famílias e impede a livre circulação; a garantia de igual-

dade de direitos civis aos 1,5 milhão de palestinos que vivem onde hoje é Israel, submetidos a cerca de 50 leis racistas; e o retorno dos milhões de refugiados às suas terras.

O boicote acadêmico e cultural é outra linha de frente nessa luta. Entre suas demandas, estão que as universidades cessem acordos de cooperação com instituições israelenses – em cujos laboratórios são feitos pesquisa e desenvolvimento de tecnologias militares – e que artistas não se apresentem para o apartheid, a exemplo de Roger Waters, Linn da Quebrada, Lauryn Hill, Snoop Dog, Lenny Kravitz e Elvis Costello.

***“O movimento de favelas tem estreitado
a conexão entre os oprimidos na
América Latina e na Palestina”***

Esse foi o pedido feito em maio e junho de 2019 para Milton Nascimento, numa campanha internacional que teve a participação ativa de lideranças indígenas, organizações sociais e dos movimentos negro e de favelas. Milton infelizmente não ouviu o apelo. Preferiu manter seu show em Tel Aviv, que serviu, como alertado, de propaganda e maquiagem para encobrir os crimes contra a humanidade cometidos por Israel, com a cumplicidade de governos do mundo inteiro. O sentimento, contudo, não é de derrota; abre-se a oportunidade para explicar o que é a campanha, que ganha visibilidade com esses acontecimentos.

A luta é árdua, tem altos e baixos. Persistimos. Resistimos. Da América Latina e Brasil à Palestina.

PERIFERIA PRETA

Saney Souza

A vida frente à democracia?

Estar viva hoje em dia não significa apenas que vc fez boas escolhas ou andou do lado certo da vida. Por incrível que pareça, isso só não assegura.

De que lado está o racismo?

Lado esquerdo ou Lado direito?

Antes ou depois da ponte?

Quando criança eu ouvia minha mãe dizer que não era pra eu andar com determinada pessoa por que ela tinha costumes estranhos e isso poderia sobrecarregar sobre mim.

*Hoje em dia, em territórios pretos, a **lógica da vida** frente às escolhas é questionável.*

Quem escolhe ser morto?

Quem escolhe ser assassinada?

*Diante desse atual modelo do desenvolvimento, a periferia, favela, comunidades ribeirinhas e das florestas são as regiões mais impactadas, **caindo sob nosso corpo-território-sangue-dor.***

Existem saídas para a não-dor?

Onde estão?



Pra quem estão?

Uma das práticas de bem viver sobressai no lugar onde eu moro em forma de plantios comunitários. O racismo ambiental é perverso e nossa resistência também vem de exercer nosso direito à cidade, a moradia, a soberania alimentar e o acesso à água através da prática política da agricultura urbana.

Através disso a leveza, tão ausente por aqui, se faz presente. Uma sensação de plenitude que nos invade preenchendo o coração. Pelo plantio e pela contemplação da natureza – o maciço - que nos circunda.

Será que existe alguma possibilidade da gente pensar na contemplação da natureza e o significado do solo preto frente ao chão em que a mãe vê seu filho ensanguentado?

É solo. É chão. É terra.

Terra preta que enche de orgulho quem tá semeando alimento.

Terra preta em que a mãe vê o corpo do filho morto.

Qual a relação que a gente cria com a terra?

Qual a relação a gente cria com a preta?

Mãe preta...terra preta. O que existe nessas reticências?

As percepções poderiam se alinhar? Ou seguem paralelas sem jamais se encontrar?

A cada momento que pratico plantios, ao tocar na terra, com a sensação de ahhhh (que todo mundo sente), sinto também uma dor. Dor que não deveria sentir. Não nesse momento. Me pego inquieta...

Me abaixo pra plantar vida. Outras se abaixam pra chorar a perda de parte da sua vida

O chão não é outro. A mulher não é outra. É o mesmo solo de mãe preta...

O que dizem as reticências?

AO SOLO DE TERRA PRETA.

A terra

O solo

O que tiramos dele?

O que deixamos nele?

Enterra-se mudas

Colhe-se alimento

Enterra-se dor

Colhe-se sofrimento

O mesmo solo de terra preta

O mesmo solo da mãe preta

Que se alimenta contemplando a vida

Que chora e não vê secar a ferida

*O mesmo chão que aglutina alegrias
O mesmo chão que não se vê saídas
Olhando para as árvores eu respiro feliz
Olhando pro sangue eu me revolto e não revido.
Por um triz...*

*Como pensar?
Gente planta
Gente morre
Gente se alegre
Gente sofre
Todo dia, toda hora ...
Como?*

Essa poesia nasceu no dia 19/07/2017, um dia frio e chuvoso no inverno carioca. Foi uma resposta de um momento de construção teórica e de convergência. Dialogávamos sobre uma possível romantização das lutas da agroecologia diante da violência estrutural do capital. Um dia antes tínhamos participado de uma roda de mulheres na Maré. Literalmente assistimos essa poesia nascer. A Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana está participando do Julho Negro de 2017 - 25 dias de ativismo em torno do Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha celebrado no dia 25 de julho de cada ano. (texto de uma companheira de luta e trincheiras)

“O racismo ambiental é perverso e nossa resistência também vem de exercer nosso direito à cidade, a moradia, a soberania alimentar e o acesso à água através da prática política da agricultura urbana”.

Nossas raízes ancestrais nos direcionam para uma caminhada já iniciada. Hoje damos sequências a passos trilhados com sabedoria, sangue, luta, estratégia e resistência.

A memória é o nosso patrimônio e junto dela a força não se esvai.



Nossos passos vêm de longe ...

*“Quanto tempo levamos de nossa casa ao centro da Cidade?
Quanto tempo levamos de nossa casa até a Baixada?
Quanto tempo levamos nos deslocamentos de uma ponta a outra da
Zona Oeste?
De um lado para o outro lado de Campo Grande?
Por que pegar tantos ônibus se ainda estamos dentro do mesmo
bairro?*

“...Tantos ônibus e muito tempo dentro dele...”

“Nosso sono já não é mais o mesmo há muito tempo...”

*Nossos cotidianos se encontram acercados por violências das mais
variadas formas.*

*Temos muita coragem de sair de nossos lares para enfrentar essa
cidade caótica e racista, onde vemos a cada dia mais e mais jovens
meninas serem violentadas e meninos exterminados.*

O que fazemos com tanta dor?

Onde a depositamos?

Como a eliminamos?

E mais uma vez, nosso corpo já violentado, adocece...

De onde vem o folêgo?

Como vejo e sinto meu corpo em meio a isso tudo?

As perseguições prosseguem as revoltas também.

*O cativo atual exerce uma ligação raivosa com um deus que não
existe. Com um deus que não reconhecemos, até porque não nos
aceita. Esse cativo nos quer em silêncio, acuadas, amedrontadas,*

mortas.

A venda dos olhos da justiça racista nunca esteve ao nosso lado. A implacável herança nos persegue confrontando a razão.

Por que será que desinfetante na mão de uma menino negro leva a prisão e 39kg de cocaína na mão de um homem branco não?

Por que será que os militares que alvejaram o carro da família com mais de 100 tiros, vão aguardar o processo em liberdade?

Por que viés essa linha de raciocínio perpassa?

Uma cor, um tom, um povo!

Sabedoria soberana de Reis e rainhas

Pés rachados pela longa caminhada

A curva é sinônimo

De que a atenção precisa ser redobrada

Se vir, não corre.

Se olhar, encara.

Olho no olho

Sem piscar

Não abaixa a cabeça

A força da história não deixa.

Cada passo uma lembrança

De batalhas ultrapassadas

Quem disse que sente medo

Não sabe a dor da chibata

A estratégia das flores funciona

A primavera segue e nos une

A luta só fortalece

*A resistência de um povo que não se cala
E não obedece.*

*Não existe mais volta
Sabemos onde queremos chegar
O passado não nos abandona
Para gente ancestralidade é honra!*

*Em todos os cantos
Em todas as vielas
Observa-se ela
Atenta ao monte
Que nada a abala
E que a fortalece
Sem perceber que por debaixo da trança
Ela se esparrama
Entre o que chamamos de força
E eles entendem como silêncio.*



*O dia amanheceu
Como naquela horrível e dolorosa noite
Raios
Vento
E chuva.
Desta vez teve uma rápida, porém, forte chuva.
Levantei e tive que me molhar pra água em casa não entrar.*

*05:30 da manhã de 14 de março de 2019
1 ano se passou...
365 dias ...*

*Perdas
Mortes
Muitos tiros
Não foi falta de sorte
Nem muito menos azar
Sobrevivemos num sistema
Que o tempo todo quer nos matar.*

*Não sei o que leva uma pessoa a tirar a vida da outra
Não sei se existe verdadeiramente um motivo ou razão
Estamos envoltos por injustiças e tudo quanto é forma de discriminação.*

*Nossa raça morre mais que a outra
Adolescentes assassinadxs dentro da escola
Mulheres violentadas a cada segundo*

*Eu ainda me pergunto
Até quando suportaremos isso tudo
sem que o medo e as lágrimas deixem nossa esperança ainda mais
ensanguentada.*

Ódio aumenta

Raiva pulsa

Pomba Branca da Paz vai pro inferno

O povo preto tá lotando cadeia e cemitério.

A Mulher virou semente

Por mim, por nós e pelas outras seguimos

Com mãos e manas sonhando junto

Acredito que nunca estaremos sozinhs.

Continuemos a marchar, avante!

A Alvorada de Cartola há de brilhar

Com a força e sabedoria das ancestrais

Alteamos nossa bandeira

Verde, amarela e vermelha

Do luto a luta por uma vida inteira.

Brasil, Etiópia, Nigéria...

A toda comunidade pobre e preta:

A gente veio da realeza!!!

E nossa história cantada no samba

Que agora todo mundo canta

É nossa honra e glória.



*Na palma da nossa mão
Tem calo e afeto
Eles nunca vão conseguir traduzir
Nosso dialeto.*

*Raios, vento, chuva
Março não acabou
De mãos dadas sempre avançamos
Iremos até onde ninguém jamais chegou.*

*14/03/2019
05:30h*

Surgem novos tecidos

A conquista de uma democracia segue se consolidando a várias e duras penas, com inúmeras pessoas desaparecidas ou covardemente assassinadas. Os direitos que hoje estão se perdendo por conta de um governo fascista foram conquistados através de muita revolta, auto-organização e luta. A ação direta se dava dos guetos às avenidas!

Fala-se que nosso povo hoje está “pacífico”, muito “apático” em meio a tantos retrocessos. Porém, basta olhar pra cada canto das periferias, favelas, e quilombos da cidade para ver as pessoas se organizando.

O que antes era uma organização de luta em grande escala, em

nível municipal, existe hoje nos territórios, bairros e sub-bairros. Temos o fortalecimento e a ampliação de nossos movimentos, e a agroecologia desponta como a forma de dialogar e construir territórios de bem viver.

Como disse Gaudêncio Frigotto: “A agroecologia tem que convencer as mentes e os corações de que nós somos elementos da natureza. Há uma relação orgânica entre nós e a água, nós e a terra, nós e o ar.”

Esse movimento de agroecologia no Rio de Janeiro vem desabrochando a cada dia, se aproximando cada vez mais de outros movimentos sociais, ampliando assim suas redes na construção de uma sociedade digna.

O cenário está mudando. E, com ele, mulheres, protagonistas e referências de luta de suas (re)existências, se juntam e se fortalecem, criando alianças que formam redes, formam roda, que, com todas as nossas diversidades, segue em direção a outro modelo de sociedade, sem patriarcado, racismos e machismos.

Percebemos, cada vez mais, a potência das Mulheres, das Juventudes quando se colocam em roda. E ela é revolucionária! Nos permite ir muito além do que imaginávamos... Essa roda nos glorifica! Enaltece nossa caminhada e reverencia nossas histórias de vida possibilitando que nossas vozes ecoem cada vez mais.

Basta de mulher invisibilizada! Basta de mulher violentada! Basta de jovem preto morto! Nossas práticas agroecológicas pulsam!!! Nossos quintais, roças, e plantios têm saúde e curam! Avancemos companheiras, destruindo esse sistema capitalista, cruel e injusto. Rompendo com as amarras da “rivalidade entre nós mulheres”, avancemos com dignidade, com alegria, entoando nossos cânticos e

poesias, onde a cada dia nossos passos se tornam mais fortes.

Fruto da caminhada coletiva das mulheres em militância investigativa

E neste momento mundial de extremismos e individualismos
coletivemos nossos pensamentos e reinventemos nossas (re)ações
Dialogando umas com as outras
Ampliando algumas concepções, seguimos!
Na esfera do feminismo periférico
No âmbito da agroecologia popular
A mulherada vem junto
Mesmo diante do “dono do latifúndio” tentando nos separar
Caminhemos, de mãos dadas
Semeando, a colheita será farta
Conjugando o verbo Esperançar
Não tombaremos
Por mais forte que seja a tempestade...
Mulheres construindo “Quintais” de bem viver
Nos territórios periféricos da cidade!!

SER UM REFUGIADO PALESTINO É UMA COISA. AGORA SER UMA MULHER PALESTINA REFUGIADA É OUTRA HISTÓRIA

Jyussara Abadallah e Nada Ali

Nós duas somos refugiadas palestinas – a maioria dos palestinos são refugiados, expulsos de nossas casas por Israel. Nossos avós se estabeleceram no mesmo campo de refugiados, chamado Al Jalazon. Nós viemos originalmente de uma região que sofreu limpeza étnica e que nenhuma de nós jamais teve a chance de visitar. Contudo, nós nos conhecemos fora do campo de refugiados, enquanto atuávamos na luta pela construção de uma sociedade palestina inclusiva, livre de todos os tipos de opressão e racismo. Nós não temos ideia de onde exatamente nos encontramos, mas temos certeza que foi durante um evento em solidariedade aos prisioneiros que passavam por uma greve de fome ou em uma visita solidária às famílias mártires.

Nós sabemos, com base nas histórias das nossas avós, que nós, mulheres, somos o principal fator de preservação da identidade e das vidas de refugiados palestinos depois do trauma de Al-Nakba* em 1948,



e que agora esse segue sendo o nosso papel ao criar as próximas gerações para que entendam e lutem por nossos direitos. Nós sabemos também que a mulher palestina sempre fez parte da luta nacional por liberdade e justiça. E isso é perturbador pra nós por também termos certeza que somos consideradas “ameaças demográficas”, pelo simples fato de sermos capazes de dar à luz à próxima geração de palestinos. Essa função e capacidade de reprodução do nosso povo, que as políticas do apartheid israelense reprimem e limpam etnicamente há décadas, tem conduzido vários líderes políticos e figuras acadêmicas israelenses a lançarem chamados para nos matar ou estuprar.

Jussara tinha 7 anos de idade quando sua família – uma mãe colombiana, um pai refugiado palestino e seus irmãos – fugiram da Colômbia para a Palestina. Eles fugiram das explosões e das medidas militares que ameaçavam a vida em Bogotá, para a casa de seu avô no campo de refugiados Al-Jalazon. Na época, lá parecia muito mais seguro. Depois que a revolta popular, conhecida como Segunda Intifada, estourou em 2000, seus pais perderam seus empregos e a situação econômica se complicou. Seus passaportes expiraram por conta de bloqueios que Israel estabeleceu para impedir que pessoas se movessem de uma área para outra, eles não conseguiram acessar a embaixada e se tornaram residentes ilegais. Em 2012, sua mãe teve que ir para a Colômbia por conta de uma emergência. Desde então, Israel, que controlava as fronteiras e, de fato, toda a sua terra natal, proibiu a sua volta à Palestina. Em resumo, ela descreve a sua vida no campo como um estado constante de medo e tristeza. Lá você pode perder seus amigos e amados a qualquer momento, eles podem terminar na prisão, no túmulo ou numa cadeira de rodas. Viver em um campo de refugiados significa pensar a cada manhã: “hoje eu estou aqui, mas não tenho ideia de onde

irei terminar ou o que irá acontecer comigo”.

Nada foi criada em uma casa longe do campo, filha de um pai refugiado e de uma mãe que teve sua própria experiência com a opressão israelense. Ao crescer, ela ouviu centenas de histórias sobre luta e resistência, além de histórias horríveis sobre prisões, assassinatos e privações em campos de refugiados. Em toda sua vida, ela esteve sujeita a situações de assédio em pontos de verificação militares, a restrições para se mudar ou viajar, a revistas, além de invasões noturnas de forças israelenses como a que resultou na prisão de seu irmão mais novo. A história de seus pais e sua própria experiência com o colonialismo e o apartheid fizeram com que ela percebesse a importância de ser ativa na luta em prol de um futuro melhor.

Como parte do movimento feminista palestino, nós somos bem conscientes de que a luta da mulher palestina não é a única desse tipo e que mu-

lheres de qualquer lugar do mundo enfrentam sofrimentos que só atingem a



elas por serem mulheres e estão, assim, enfrentando uma carga dupla no dia a dia. Nós também acreditamos na importância de juntar esforços de toda a população, grupos, movimentos e organizações ao redor do planeta em prol de um mundo livre de todas as formas de opressão, apartheid e racismo.

Nós sabemos de fato que não estamos sozinhos e que o povo oprimido ao redor do mundo enfrenta as mesmas lutas que nós todos os dias. O que dói mais é saber que Israel testa seus modelos militares em nós para depois vende-los a outros regimes repressivos e assim, que serão usados contra nossos companheiros de luta.

Palestinos e refugiados dentro da Palestina ou em diáspora, irão continuar lutando até todos os seus direitos serem reconhecidos. Mulheres refugiadas, uma parte integral dessa luta, não descansarão até que as próximas gerações não tenham que viver sob a opressão que elas enfrentam constantemente.

El pueblo unido jamás será vencido.

*Catástrofe na Arábia, refere-se a quando as forças israelenses e paramilitares tornaram de 750000 a 1 milhão de indígenas palestinos em refugiados para estabelecer um estado de maioria judaica em 78% da Palestina histórica.

VERTIGEM: O QUE VEM ANTES DA MILITARIZAÇÃO?

Elen Oliveira Ferreira

Sou mulher, nascida e criada no Morro da Providência - a primeira favela do Brasil -, localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Passados 30 anos da minha co-existência, atravessada pelo tempo no qual território e eu nos reconhecemos um no outro, amargo os dissabores de lamentar, mas também denunciar o genocídio da população negra a qual integro, no local em disputa onde (con)vivo. Diante das reiteradas ideias de morte que nos são impostas pelo Estado, reflito sobre os impactos destas políticas assassinas sobre os corpos de quem fica, cuida e cria estratégias de sobrevivência às dores lancinantes e secularmente perpetradas aos corpos favelados no Rio de Janeiro. Este é um olhar tridimensional da negritude que vive o presente, ainda acorrentada ao passado, no qual o racismo é o balizador da vida. E o caminho futuro é lutar pela humanização destes corpos, absolutamente negada pelo sistema capitalista, sexista e, sobretudo, racista.

Nas vielas da Travessa Verônica: se reconhecer mulher negra junto a tantas mães, tias e avós que choram seus meninos.

Falo desde as redes de saberes das quais fiz parte e que formaram o que sei. Elas auxiliaram a me tornar um ser político, protagonista da minha existência, diante desse mundo racista. Me ensinaram a procurar motivos internos e externos para estar de pé. Por dezenas de vezes,

durante os primeiros anos da minha vida, chorei as violências da marginalização social imposta às pessoas pretas e pobres deste país. Chorei junto às mulheres que viviam na Travessa Verônica, beco de escadas no qual cresci.

A maior parte dessas mulheres se ocupava dos afazeres domésticos, sendo chefes de família ainda que casadas, numa concepção ampliada em que, além de cuidar do lar e das crianças, também eram responsáveis por garantir a alimentação e o dinheiro. A autonomia algumas vezes conquistada, representava também criar seus filhos sem um companheiro ao lado, já que estes homens se sentiam diminuídos e destituídos do seu único e imaculado papel social de provedor. Seguiam sozinhas, ou escondiam o dinheiro conquistado e permaneciam ali, demonstrando ser menos, porém sem deixar de lado a urgente realidade que lhes convidava a agir. Existiam também aqueles homens que abandonaram suas famílias ou estavam presos ou até mesmo mortos.

As mães, tias e avós eram as grandes responsáveis pelos afetos formadores da cidadania local, demonstrando níveis diversificados de compaixão para com seus pares diante dos cenários adoecidos e adversos que se apresentavam cotidianamente.

Entre estes becos, ladeiras e vielas fui forjada em lágrimas e discreta em sorrisos. Trancada em minha própria casa com as recomendações familiares de não abrir a porta para estranhos, cresci com vozes que pediam ajuda em meios aos conflitos armados, que ensanguentavam os espaços pelos quais eu caminhava até chegar à escola. Poucas coisas me pareciam atrativas ao ponto de me fazerem andar por aquelas vias mais do que o necessário.

Após os tormentos armados acirrados em meados dos anos 90, os choros copiosos de algumas mulheres roubaram noites e madrugadas se afinando à minha rotina insone, preocupada e repleta de angústias

por escutá-las. Os motivos eram sempre muito dolorosos. Não havia choro que desse conta da prisão ou da morte de um filho, ainda mais para elas que foram ensinadas a cuidar de suas famílias antes de si mesmas, e a fazê-lo sob quaisquer condições. Não se falava sobre dores menores que estas. Seria um insulto diante das barbaridades acontecidas ali. Assim se forjaram as lágrimas que deveriam ser guardadas para as mortes vindouras.

Mulher em formação na favela: a Escola e a Igreja Cristã.

A minha rotina abraçava o ensino e alguma fonte de formação moral: a igreja evangélica. O local se tornou uma distração possível para a qual muitas crianças se enveredavam. Ali podiam acessar algum es-



pectro da cultura e da arte próximo de suas casas, compartilhar às vezes um lanche. Afinal aquele era o “novo”, depois da expulsão das religiões de matriz africana, presentes na forma de terreiros acolhedores onde também se dividiam alimentos. Muitos deixaram forçosamente de ocupar o espaço, mas não saíram de todo da história local. Infelizmente, os cultos afro por vezes eram identificados com a baixa moral e espiritual segundo a concepção cristã que adentrava o território.

Minha família, formada por nortistas, já muito destituídos de si mesmos em função das necessidades de adaptação aos lugares nos quais chegavam e procuravam se estabelecer, me direcionou para uma destas igrejas, a evangélica por ser mais próxima, pensando na possibilidade de lazer e sociabilidade que eu poderia experimentar.

Sabia que para ser aceita deveria alcançar determinado padrão. Aceitabilidade significava compartilhar as emoções mais banais e carregadas de afetos com os pares dali e assim obter atenção, carinho e ternura, relações difíceis de experimentar espontaneamente nas ruas e mesmo dentro das casas. Era difícilimo, mas não havia outra opção para além do roteiro casar-se, multiplicar-se e dedicar-se integralmente à causa, abrindo mão dos “sonhos mundanos” (exercício político do eu) por algum Deus.

Anos mais tarde, mãe, coloquei no mundo três outras meninas e deparei-me mais uma vez com o choro de mulheres, mas agora eu era partícipe ativa. Os desafios se apresentavam em todos os espaços: na conquista de vagas em creches, na busca por emprego formal, na possibilidade de continuar os estudos, na necessidade de dizer ao parceiro que eu era um ser constituído de vontades e querereres, entre tantas outras coisas aparentemente básicas que faziam parte da noção de cidadania que um dia a escola me apresentou.

Tornei-me professora para continuar o processo eterno de aprender, mais do que ensinar, e orientar, sempre que possível, quem chegou depois de mim sobre o que deixar e o que levar desta comunidade na qual estou e sou, mas, sobretudo, construir coletivamente maneiras de transformar o mundo.

Dar passos a si mesma: a violência de ser mulher e estar mulher ali.

Diante das dificuldades sociais, emocionais e financeiras colocadas à mulher, até para o exercício do que lhe é orientado enquanto cristã, a passividade mostra-se insuportável, insustentável e cruel. A dependência de um homem enquanto provedor único e a limitação do ser político feminino diminuem consideravelmente a chance de construir autonomia social e prejudica imensuravelmente a vida das mulheres violentadas pelo contingenciamento de seus corpos e pelo silenciamento cabal sobre si e sobre o espaço que diariamente constroem de forma colaborativa.

Constatar este panorama em minha rotina fez com que eu me movimentasse para transformar a realidade que vivenciava. A maternagem, por longos períodos e exercida sozinha, após o término de mais uma relação que encerrei para me manter viva, aproximou-me de outras histórias sobre ser e estar mulher em uma comunidade periférica que exclui e silencia os saberes femininos políticos e revolucionários existentes nesses espaços.

Àquela altura da vida, após rebelar-me em um casamento repleto de ameaças e agressões, sair de casa materializou o caminho escolhido por mim segundo as crenças anteriores. Tornei-me mundana, ou seja, uma mulher que é responsabilizada por suas próprias dores.

Também impulsionada por um movimento educacional de acesso ao ensino superior, deparei-me com aquilo que entendia ser o mais importante no cotidiano da vida na favela: oportunidades. Assim, retomei meus passos na educação. Neste caminho eu sentia não estar sozinha e desamparada por ter escolhido ser a mulher que sou. Esse lugar me possibilitou ampliar o eco para que outras mulheres parecidas comigo pudessem dar passos em direção a si mesmas e trilhar, por diferentes acessos, a redescoberta do eu. As reuniões com minhas amigas da infância foram formando um espaço importante nesse caminho.

Nas trocas e letras ousamos encontrar a liberdade conquistada de quem nos alcança por escolha e procura nos acolher em seus olhos sob outras perspectivas. São tramas como estas que nos possibilitam sonhar com o aceno de um futuro pelo qual cotidianamente lutamos e construímos. Dentre tantas histórias sobre violência, em um olhar ampliado, procuro neste texto evidenciar as narrativas sutis que apontam a destituição do ser, das vontades e das potências femininas antes que elas consigam olhar as relações externas de ameaça conflagrada.

Os trechos abaixo foram transcrições de falas entre quatro mulheres, com idade entre 24-28 anos, que autorizaram que eu as publicasse.

“Estou bem... Outro dia, o J. não quis sair comigo. São três anos assim. Eu disse que iria até minha mãe e ele me perguntou se a casa já estava arrumada. Respondi que sim. Ele foi conferir e disse que eu ainda tinha que passar a roupa dele, mas todas as roupas estavam no cabide, passadas. Eu disse isso. Ele tirou todas as roupas, jogou no chão e disse: não, não está. Passe as roupas e só após a gente sai. Não consegui visitar meus pais. [...] O pastor disse que a mulher tola derruba seu lar com suas próprias mãos, mas a sábia edifica-o. Certamente, meu esposo irá melhorar, preciso ter fé.”



“Amiga, estou bem. Corre aqui, E. me deu um soco na boca e eu não sei o que fazer.[...] Pra quê saí dos caminhos de Jesus?”

“Estamos ótimos! [...] Ele tem uma brincadeira indelicada.. Quando está nervoso, me dá tapas na nuca. Fortes, doem. Sei que quando aceitar a Jesus isso irá mudar. Seguirei buscando [a orientação divina]”

Após meses de diálogos e apontamentos sobre violências, direitos da mulher e acesso aos equipamentos públicos de assistência social e saúde, todas se divorciaram. Eu, perseguida por um dos ex-maridos de uma delas, precisei me mudar para outro bairro. E justamente o discurso dessa amiga foi me tocou mais, pois ela entrou em outro casamento, seguido à separação, tão agressivo quanto o primeiro.

“Ele me ama muito! Tá sendo ótimo. Ele é um pouco ciumento. Mas estamos voltando para a igreja, ele é um homem de Deus. Mas às vezes não dá: eu levo meu filho ao médico e ele pede para que eu apresente o atestado a ele..”

Diante da dificuldade de conseguir apoio dentro da própria família, esta colega persistiu na relação e tem vivido conflitos ainda mais sérios hoje, mesmo ciente de seus direitos, mas financeiramente refém de seu companheiro.

Vemos essas mulheres, mas não as enxergamos como elas são.

Muitas não sabem o suficiente de si para interpretarem seu melhor papel.

Outras possuem contornos tão esboçados aos nossos olhos que parecem poder se desfazer diante de nossa vista.

Podem não estar mais ali.

**Onde
Começam
As guerras?**

"EU, MULHER BAIXADENSE, RESISTO!": O IMPACTO DA MILITARIZAÇÃO NA VIDA DAS MULHERES DA BAIXADA FLUMINENSE

Marcelle Decothe

A Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, é onde repousa o imaginário de muitas de nós sobre os efeitos do que chamamos de “Violência Urbana” e “Militarização”. Nesta região, os dados sobre homicídios, chacinas e desaparecimentos forçados nos expõem um processo histórico. De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), compilados pelo Fórum Grita Baixada, só nos três primeiros meses de 2019 houve um recrudescimento da violência policial, aquela praticada justamente por quem deveria zelar pela segurança do povo do estado do Rio. De acordo com este levantamento, apenas nos três primeiros meses de 2019, foram registrados 137 casos de execução por autos de resistência na Baixada Fluminense. Um aumento de 11,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2018, os números dessa modalidade de violência letal já eram maiores que os de 2017.



É importante ressaltar que apesar da população da região ser a metade da capital carioca, a área metropolitana apresenta taxas de homicídios e violência, em geral, muito mais alarmantes. De início, como forma de descrever o contexto de onde nos vemos sendo corpos que circulam e habitam este território, cabe dizer que, no caso do Brasil, ainda que a maioria das vítimas de homicídios seja de gênero masculino, - 9 em cada 10 homicídios são de homens, sendo 75% negros e 59,1% jovens entre 15 a 29 anos -, é nas mulheres que vemos a resistência de lutar por quem foi assassinado, por quem ficou e pelo projeto de sociedade que queremos implementar na Baixada Fluminense.

A partir de nossas vivências e subjetividades, conseguimos mensurar o impacto dessa violência letal em nossos próprios corpos, além de nossos filhos, maridos e enteados. Sentimos a violência de impacto “direto e indireto”. A violência direta é representada pelos dados oficiais: no ano de 2016, 10.652 mulheres sofreram lesão corporal dolosa - quando há intenção de causar dano corporal ou agredir a vítima - na Baixada Fluminense. O estado do Rio de Janeiro contabilizou um total de 44.693 lesões corporais dolosas, logo, só a Baixada representa cerca de 24% desse total (ISP). Já o impacto “indireto” compromete diariamente nossa saúde física e mental.

No ano de 2017, um grupo de moradoras da Baixada participou de uma “Cartografia Social” que visava discutir o impacto da militarização na vida daquelas que estão imersas no cotidiano do território baixadense. Nós, mulheres que residimos na Baixada, identificamos que a prática e a reprodução do machismo são importantes propagadores da insegurança que sentimos quando usamos serviços públicos e privados em nossos municípios. O machismo, que tira opor-

tunidades e viola direitos fundamentais das mulheres, apareceu na cartografia através da forma como os agentes do Estado (principalmente policiais) e demais funcionários públicos atendem as mulheres no exercício de seu serviço. Foram constantes as vivências de machismo compartilhadas em ambientes de trabalho formal, transporte público, relação com a polícia e na ausência do direito de ir e vir, a qualquer hora da noite, em alguns bairros dos municípios da Baixada Fluminense

Desde o princípio, a construção da narrativa sobre “o que é ser uma mulher na Baixada” ampliou nosso olhar sobre o que é “militarização” e de que forma as violências derivadas do racismo e machismo são determinantes para a construção da nossa identidade e da relação com o território em que habitamos. Entender a “militarização” para além de operações policiais nos municípios da região, do uso do caveirão e de outras armas letais pela mão armada do Estado, foi primordial para compreender o que para nós mulheres significa viver sobre a constante presença da prática militar de controle social, seja pela polícia, seja por grupos de extermínio ou pelas milícias.

O uso do caveirão no Castelar (favela de Belford Roxo), o estupro sem solução na praça em Coelho da Rocha, a chacina em Nova Iguaçu, o ponto de desova em Nilópolis, a “guerra” entre facções em Mesquita, o grupo de extermínio em Caxias, a milícia em Seropédica. Para nós, todas estas formas de violência são resultado do processo cotidiano de militarização em nossos territórios. Em nossos municípios observamos a atuação de diferentes atores estatais e não-estatais para entender o “porquê” dos nossos e nossas serem os mais afetados. Por que continuamos a morrer? Por que nos pri-

vam de estudar? De ter acesso a saúde? Por que em nossos bairros, historicamente, a violência é perpetuada pela polícia, por grupos de extermínio, por milícias e até mesmo por nossos maridos e companheiros? São muitas Baixadas, realidades diferentes, mas, no fundo, similares em sua reprodução cotidiana de dor. Ser mulher aqui é um ato de resistência.

Por que a mobilidade urbana por aqui pode ser vista como um ato de violência e militarização? Ou até mesmo o ato de procurar acesso à saúde ou à educação? Nós, mulheres, geralmente somos aquelas que sustentamos a casa, criamos nossos filhos e/ou enteados, temos o trabalho de “fora”, aquele que nos faz pegar o trem logo cedinho para atravessar a cidade - para muitas vezes trabalharmos em serviços domésticos em casas ricas de áreas nobres -, ou mesmo constatar que nossas mães e avós passam mais tempo criando os filhos dos ‘outros’, os patrões, do que nós mesmos.

O ato de atravessar a cidade pode ser marcado

por muitas coisas. Por exemplo, é importante lembrar o caso da Joana, jovem assassinada quando tentava pegar o trem em Coelho da Rocha para ir à faculdade. Joana tinha 19 anos, foi arrastada pelo trem e seu corpo ficou nos trilhos por mais de 6 horas até ser retirada. “Um acidente”, “Um corpo”, “Mais um”. Constantemente essa é a narrativa adotada pela



mídia quando aborda questões sobre a Baixada Fluminense.

Mas será mesmo um acidente? Por que o Estado tem tanta dificuldade em assumir a culpa estrutural sobre o genocídio que é perpetuado nas favelas e periferias do Brasil? Genocídio esse que tem cor, nome, território e rosto, rosto de milhares de mulheres que têm sua vida impactada pela ferramenta estatal da militarização. Lutamos para que o eixo que nos conecta seja menos de dor e mais de esperança e mudanças estruturais. Nós, mulheres, lideramos processos de busca por justiça, pela defesa dos direitos humanos, estamos no campo e na cidade, carregamos a bagagem de diversas gerações entre nossas mães, filhos e netos, somos aquelas que estão de frente na Baixada para lidar com as dinâmicas sociais e criminais que nos violam e criminalizam.

Em meio a dor, ousamos nos reinventar e ter esperança. Sim, a reinvenção cotidiana da mulher baixadense está no ato de continuar respirando. Apesar de todo o machismo, racismo e perpetuações de outras violências, esta mulher levanta todo dia, enfrenta o assédio no transporte público, o racismo de seu patrão, o olhar estigmatizado por afirmar ser “baixadense”, cuida de seus filhos, se torna o pilar de sua família, reza/ora, pede aos orixás força para aguentar o dia de amanhã, enfrenta o Estado, pede justiça. Nós, definitivamente, não somos apenas uma estatística negativa, mas sim a ressignificação da guerreira, que produz e conduz o seu próprio destino se apropriando de ferramentas de sobrevivência na sua busca por transformação social em seu território.

ENCARCERADAS

(Poesia de Carol Dall Farra, jovem preta baixadense, poeta e MC)

*“Já nasce com o lugar pré-determinado
Seu ambiente, tem que ser o privado
Dentro de casa pro amor, pra dor, pro servir
Se ela se atreve a sair
Muito terá que ouvir
Família, Amigos, pai, mãe, irmão
'seu lugar não é na rua é na pia ou no fogão'
Fuja mulher, desse domínio
Fuja mulher, desse extermínio
Fuja mulher, do feminicídio
Abra sua cabeça, afaga o raciocínio
Não tenha medo do que pode vir
Enfrenta esse machismo, ele há de cair
Ele tem que cair!
Nós vamos destruir!
Libertas, do mundo sexual
Mas não podem beber, vai ser desculpa pra bacanal
O homem não entende
Não é isso que ela quer
Se aproveita da situação
E culpa a mulher
Culpadas por beber
Culpadas por sair
Culpadas por viver
Culpadas por se divertir*

Encarceradas
Dentro do próprio lar
Encarceradas
Nós precisamos mudar
Encarceradas
Em toda situação
Encarceradas
Homem não é teu patrão
Derruba essa parede
Que o padrão subiu
Ela tem muito concreto, só te deixa servil
Mas não é impossível, de derrubar
Continuar com essas correntes só vai privilegiar
Os homens
Donos de si
Tão pouco se lixando se o machismo é ruim
Levanta! Essa tarefa é tua
É dura, é árdua, mas não é o fim de tudo
Depois dela virá
liberdade e decisão
Essa é tua escolha, tá na tua mão!
Não levante cedo só pra preparar o feijão
Já levanta cedo com a enxada na mão
Levanta cedo
E também morre mais cedo
Jornada tripla
Mãe, dona de casa, trabalha e ninguém identifica
Que é por ela

que a casa toda se sustenta
Mesmo quando seu trabalho não produz grana
é ela que se arrebenta!
Ê filin..se oriente!
Ela dá sua própria vida
Pra que a sua movimente.



MULHER NEGRA MÃE PERIFÉRICA: VIVÊNCIAS DE UMA REALIDADE MILITARIZADA

Entrevista com Marina Ribeiro, por Isabelle Rodrigues

Educadora popular e cientista social de formação, Marina dos Santos Ribeiro, 45, é mulher negra, periférica e mãe de três filhos. Nascida no centro da cidade do Rio, foi em Campo Grande, na periferia da Zona Oeste, que construiu a sua vida, sua família e sua atuação política.

A trajetória na militância se iniciou ainda cedo, quando participava da Pastoral da Juventude, estando ligada politicamente à Igreja Católica. Era aluna de um dos primeiros pré-vestibulares da cidade, o Centro de Apoio Popular da Zona Oeste, onde atuou também como coordenadora. Marina é ainda uma das fundadoras do IFHEP, o Instituto de Formação Humana e Educação Popular, onde é militante até os dias de hoje. Durante a graduação em Ciências Sociais, na Fundação Educacional Unificada Campo Grandense (FEUC), conheceu o Instituto Pacs e participou de uma das primeiras edições do curso Mulheres e Economia, um “divisor de águas” em sua vida e visão de mundo.

Hoje, ela se apresenta como mulher negra e feminista, militante do movimento negro e de mulheres, faz parte da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, e reflete sobre temas como racismo e violência estruturais, além dos impactos da militarização na vida e nos corpos das mulheres.

Como o debate da militarização chega pra você e, como mulher negra, como você vê a relação disso com o racismo e a violência estrutural e institucional?

Depois de um tempo, eu percebi, nesse processo de reflexão, que a militarização chega na prática, no cotidiano e que ela sempre esteve muito presente na minha vida, na periferia. Eu sou uma mulher

negra e sempre morei na peri-

feria. Na periferia do Rio de

Janeiro, na Zona Oeste,

em Campo Grande, em

um sub-bairro, ou seja,

periferia da periferia.

Lá, a militarização

sempre existiu com

outro formato. To-

dos sabiam da pre-

sença de homens

armados, homens

“de bem”, ligados

à polícia ou não. De

fato, sempre houve

um grupo que se colo-



cava como dono do território. São eles que organizam as relações e a legitimidade dos pequenos comércios, quem pode e quem não pode. Isso também acontece no acesso à terra, no transporte alternativo, na venda do botijão de gás ou coisas assim. Como moradora, acompanhei o avanço da milícia na Zona Oeste. Faz parte da história daquele território. Quando a milícia, com esse nome e formato de organização chega ao território, as pessoas que estavam de frente antes, um grupo de homens armados que se intitulavam donos do local, são substituídas nesse comando por outras, que tinham ligação direta com o novo grupo de homens armados, a milícia. Uma das primeiras mudanças sentida pelos moradores é a cobrança feita pela segurança do bairro. Na parte em que eu morava, decidiram que não iriam cobrar dos moradores, já que nós vivíamos na parte mais pobre, mas cobravam dos comerciantes. Naquela época não existia uma reflexão sobre o que era esse processo da militarização, essa disputa para eliminar um grupo que já estava lá no comando. Na periferia não existe uma polícia que seja comunitária, que seja um mediador das relações, em situações como pequenos roubos ou furtos. É a milícia que toma conta de tudo, não tem comércio de drogas como se vê em outras favelas. O que a gente vê são jovens envolvidos e trabalhando para a milícia, infelizmente. Jovens pobres moradores do local, que terminam sendo executados. E é a milícia quem vê, prende, julga e extermina. Nessa ideia de “bandido bom é bandido morto”. Acho que ninguém imaginaria que iria se construir um processo de dominação de território, de economia e de poder, porque nunca foi só a questão da proteção e segurança das famílias daquele local, também está relacionado às instituições de poder e ao poder econômico. Nesse processo, a militarização que tinha e

tem o discurso de proteção, é na prática um processo de eliminação, sobretudo dos jovens mais pobres, jovens negros em situação de extrema pobreza. A militarização, pra gente, significa controle do território, controle e extermínio dos corpos negros. Jovens pobres vulnerabilizados nesse processo.

Como você identifica os impactos do modelo de cidade-mercadoria instaurado no Rio de Janeiro?

Tem uma constatação que a gente precisa fazer e que é muito difícil. Na Zona Oeste, a militarização e a milícia não são vistas como algo ruim, infelizmente. Elas, de alguma forma, garantem essa sensação de segurança que, de fato, passa pela eliminação do outro, e não pelo acesso a justiça, igualdade, direitos, diálogo e construção de novos caminhos. Na cultura local, isso é muito real. “A milícia é necessária. É importante ter pessoas que fazem esse tipo de segurança”, é o que dizem. É comum e é reconhecido dessa forma, por conta de uma ausência total do Estado. Ou de um Estado que está presente dessa forma. Se você vai na Zona Sul, além de ter a presença da polícia militar, há uma relação de segurança, de cuidado e de proteção com os moradores daquele território. Na periferia, tanto a polícia como a milícia, não oferecem uma relação de segurança, há uma relação de controle. Na maior parte da Zona Oeste, isso está diretamente vinculado à milícia, porque ela é quem garante o controle e organiza de fato a forma que a segurança se estabelece naquele território. Nessa lógica de cidade-mercadoria, tem a maneira que se constrói essa imagem de cidade que é controlada, que precisa funcionar como turística, ou seja, o turismo como comércio. Você vende essa imagem de que tem controle da violência respondendo com

mais violência. Não é à toa que a gente tem um governador agora que defende abertamente o tiro na cabeça. Ele não faz isso de forma tão explícita porque é inconsequente, mas porque sabe que esse discurso vai ser absorvido de forma positiva porque é essa resposta que a classe média alta, os turistas, os donos de hotéis, quem ganha com essa cidade-vitrine, quer. Um discurso que garante a lógica de comércio dessa cidade e que vende um modelo para os outros centros urbanos desse país. A militarização serve como essa espécie de serviço de proteção para uma parte da população carioca e brasileira, uma elite que quer usufruir da beleza, do turismo e que não se importa com a consequência desse controle para quem mora nas favelas e periferias.

Qual é o impacto das diversas formas e forças da militarização na vida das mulheres que vivem a Zona Oeste?

Pra nós, mulheres negras, a rua sempre foi um lugar de violências. A rua num sentido de enfrentamento, porque não existe outra forma senão essa. Eu saía para trabalhar desde muito cedo, aos 15 anos. A minha mãe era costureira e o meu pai, sapateiro, o que não era comum naquela época, os pais terem um ofício, direitos trabalhistas garantidos, carteira assinada, férias e décimo terceiro. Eu ajudava a minha mãe a costurar em casa, então ser costureira foi a minha primeira profissão. Existia essa questão de precisar se virar desde muito cedo, de ter que trabalhar e, ainda assim, continuar estudando. Chegou uma hora em que a minha família falou: “você tem certeza que quer estudar?” Eu não tinha dinheiro para pagar passagem, então tinha que ir para o pré-vestibular andando por uma hora todos os dias. Eu saía às 22h30, andava por um caminho muito peri-

goso, em que fui assaltada algumas vezes, e chegava em casa quase meia-noite. Eu buscava nunca andar sozinha e sempre encontrar alguma forma de garantir algum tipo de proteção para não estar tão exposta. Então, esse impacto é real, mas o que você aprende é a conviver e a construir estratégias para que ele não seja tão profundo.

Como você sente esse impacto enquanto mulher negra e mãe?

Na prática, sendo uma mulher negra e mãe de pessoas negras, quando os filhos crescem o medo muda, mas segue presente.

Como mãe, você acaba vendo os seus filhos sofrendo as mesmas violências, racistas e sexistas. E quando você tem um filho, um menino negro, é desesperador. Existe a nossa luta enquanto mulheres, de nos proteger, de resistir ao assédio e a

tantas outras formas de violência, e a forma com que isso se reproduz nas nossas vidas, na vivência com diferentes violências que envolvem diretamente os homens.

Quando você pensa a relação que os homens têm com a violência é muito diferente da que as mulheres têm. Quando você vive num ambiente onde a



violência faz parte da cultura, com homens armados para fazer a segurança e ligados ao poder, a gente sabe que essa forma de ser homem vai determinar o que é masculinidade. Além existir uma violência institucional, existe a violência das relações. Esse homem que vive esse ambiente de cultura de violência vai reproduzir isso na sua relação pessoal com as mulheres: com as suas mães, irmãs, amigas, companheiras e com filhas e filhos. É um ambiente em que a única possibilidade de existir está ligada a essa cultura de produção de violência e de controle de vidas e de corpos. Ter um filho negro é saber que ele vai ser sempre alvo da violência. Então, esse processo da militarização tem inúmeros problemas, mas eu coloco dois muito fortes: o primeiro é a socialização, a produção de uma masculinidade extremamente violenta que vai se afirmar como uma forma de ser homem, principalmente nesses territórios. E problematizar para que esse jovem negro não reproduza isso tudo. O outro pensar em como agir para que a vida dele não esteja sempre em perigo, já que ele sempre vai ser o alvo primordial da violência. O tempo todo sou levada, um ato involuntário, a querer saber o que meu filho, esse jovem negro, está fazendo, porque, para os outros, a possibilidade de ele estar fazendo algo errado já existe só por ele ser negro. Na prática, nosso cuidado, o cuidado da mãe negra, também é controle e não nos damos conta disso... Não sei se conseguiria fazer diferente. Sabemos que nessa sociedade o erro é ser negro. A relação do racismo e da militarização é estruturalmente intrínseca. A militarização nasce de uma perspectiva de enfrentar um dado inimigo: a população negra. No meu corpo, eu sinto o tempo todo medo pela vida das minhas filhas e do meu filho circulando pela cidade. E em como lidar com um jovem negro, de 15 anos, para que ele não seja alvo da violência e não reproduza uma lógica de masculinidade pautada na violência, no controle e na opressão.

Quais os processos de resistência e como a gente pode sobreviver ou vencer essa disputa da cidade/vida a partir da perspectiva de uma mulher negra periférica?

O debate sobre o autocuidado é algo essencial e que a gente não dá a devida importância. É o autocuidado, para além de um momento terapêutico, e também como um ato político, como parte da nossa forma de se organizar e pensar politicamente. Se a gente pensar que o impacto da militarização no corpo das mulheres negras tem esse efeito todo, como não reproduzir uma lógica que é de opressão, é LGBTfóbica, machista, sexista e misógina? Como ir contra tudo o que é estrutural? Tem uma hora em que a gente não vai suportar porque a carga de exigência é muito grande. O medo é muito grande. A gente não consegue dar conta disso tudo. Nesse sentido, o autocuidado chega tarde ao nosso debate. Eu percebo que o autocuidado não é pra te ausentar da luta, e sim pra te qualificar para estar nela e entender quais são os seus limites e como você pode contribuir afetivamente. Pensar dessa forma já é autocuidado. Cada mulher, dependendo de onde vem, do seu espaço de luta e das suas questões, sente de forma diferente. Não dá pra explicar o quanto essa contradição produz sofrimento e dor. Não é só um corpo fisicamente cansado, mas um corpo que sofre a partir do afeto que vem sendo produzido em meio a todas essas contradições. Para a população negra é o sofrimento de existir em uma sociedade extremamente racista. O autocuidado tem que ser uma decisão política de enfrentar todas essas questões e entender os nossos próprios limites. É construir um ambiente para que essas mulheres, de vidas e territórios diferentes, possam continuar na luta sem sucumbir.

Pensando no seu corpo, fisicamente, onde você mais sente os impactos da militarização e de onde vem a sua potência?

Eu acho que sinto no corpo todo (risos). Sinto na cabeça, porque eu estou sempre pensando, o que me leva a ter muitas perguntas, muitos porquês. Eu não entendia como as contradições podiam ser tão reais e explícitas e as pessoas não conseguiam ver. Acho que tem algo que é de cada indivíduo, esse incômodo, essa indignação, que nem todo mundo tem, mas nós, negras e negros, sentimos, todas nós. Pra mim, minha indignação vem da necessidade de transformar aquilo que eu estou vendo. Eu sempre achei que podia ser diferente e que podia mudar. E, mais ainda, que eu precisava fazer alguma coisa pra mudar. Isso aconteceu com o pré-vestibular, com a alfabetização para os jovens e adultos, com o trabalho, com as mulheres... Foi quando comecei a ter retorno dessas pessoas. É como despertar e enxergar detalhes, porque, culturalmente, a gente culpa a vítima, aquela que sofre a violência por estar sendo oprimida, e não o sistema que produz a opressão. É um incômodo que dá no corpo todo, tanto por ficar parada, quanto por fazer algo. Tudo gera dor, mas depende do lugar em que você escolhe estar.

MILITARIZAÇÃO EM HONDURAS: VIDAS CONTROLADAS PÓS- GOLPE

Entrevista com Katherin Cruz Cerrato, por Isabelle Rodrigues

Natural de Tegucigalpa, capital de Honduras, Katherin Cruz Cerrato é assistente social, defensora dos direitos e da luta das mulheres e militante pela despenalização do aborto. Formada em Serviço Social pela Universidade Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), hoje atua na Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos, uma articulação hondurenha formada por organizações e mulheres que lutam em defesa de seus territórios.

Sua voz vem da “capital do cimento”, cidade onde hoje sobrevive após uma alteração drástica no clima provocada por uma medida de desmatamento massivo do governo local. Além do calor exacerbado, Honduras vem sofrendo drasticamente as consequências de um golpe de Estado e da atuação de um presidente ditador, com uma política intensa de militarização que silencia vozes, impacta territórios e oprime corpos. Para Katherin, a reflexão sobre a luta das mulheres é prioridade para resistir e transformar a realidade de um país militarizado.

Qual a sua realidade de luta?

Faço parte da equipe de uma organização que se chama “Rede Nacional de Defensoras de Direitos Humanos”, em Honduras, uma articulação de defensoras e organizações de mulheres que estão nas lutas territoriais. Nos unimos depois do golpe de Estado em Honduras, em 2009, porque notava-se que outras organizações, que até então acompanhavam as mulheres em situações de risco, atuavam da mesma forma e segundo os mesmos critérios do acompanhamento aos homens. Assim, as companheiras notaram a necessidade de um trabalho diferenciado junto às mulheres por conta das desigualdades de gênero estruturais, pelas relações familiares, pelo papel que elas assumem com seus filhos. Afinal, existiam mulheres em situações de risco, e isso não estava sendo considerado um assunto familiar e comunitário. Decidimos, assim, nos organizar e começar a acompanhá-las. Atualmente a minha luta está mais vinculada às mulheres que estão defendendo seus direitos.

Também participo de outras esferas, como a plataforma nacional “Somos Muchas”, na qual realizamos um trabalho pela despenalização do aborto com base nas “três causas” - perigo para a vida da mulher, violação ou malformações do feto - onde estamos desenvolvendo diferentes atividades de incidência política. A plataforma

se efetivou por conta do início do debate sobre o novo código penal, que, desgraçadamente, já está aprovado. O principal trabalho era a incidência no poder legislativo, pois, para alcançar transformações efetivas, é preciso despenalizar o aborto. Atualmente, estamos realizando um trabalho mais forte de conscientização, de sensibilização e de tentar atingir mais lugares.

Como você vê a realidade de Honduras em relação à militarização?

Com o golpe de Estado em 2009, inaugura-se um novo processo de militarização no país. Torna-se muito evidente a forma com que passam a atribuir a militares funções que são da polícia. É iniciada, assim, uma mistura que confunde a população. Há muita gente que não sabe que os militares não podem estar em funções como cuidar dos hospitais ou vigiar centros educativos, mas desde então começamos a ver isso, principalmente em territórios que estão em resistência contra projetos extrativos.

Há uma forte militarização que passa a atuar, inclusive, em territórios privados, que são contemplados pela segurança dos militares. Ou seja, quase todos os recursos do Estado destinados à segurança estão sendo investidos na proteção das empresas privadas, quando são elas quem deveria se responsabilizar por sua própria segurança.

Também é importante mencionar que em Honduras há um Conselho Nacional de Defesa e Segurança, que está encabeçado pelo presidente da República, Juan Orlando Hernandez, um completo di-

tador. De fato, é com ele que se inicia um período de atribuição de mais funções e recursos, através de leis e decretos – portanto, de mais legalidade - ao que os policiais militares estão realizando nos territórios e nas vidas em geral. Nós não temos muito conhecimento sobre este Conselho de Defesa e Segurança, pois nem toda população tem condições de compreender as leis e seu funcionamento, já que há muita privação de acesso a esses materiais. Inclusive, agora há uma lei que permite que o governo coloque diversos documentos sob sigilo, ainda que eles afetem diretamente a população. Neste conselho, estão todas as instituições que podem ter algum vínculo com a Política Nacional de Segurança, fazendo com que não haja legalidade, já que não há independência entre os envolvidos, e o presidente tem ingerência sobre os demais poderes do Estado.

Há ainda vários outros elementos que se poderia levantar sobre o porquê deste Conselho ser totalmente ilegal, outras consequências que aprofundaram e fortaleceram a militarização no país. Aqui, existe uma taxa de segurança que todas as instituições têm que pagar ao Estado, ou seja, toda entidade que desenvolva trabalho em algum dos territórios. É com este recurso que se compram armas, tanques, recentemente submarinos, e a grande quantidade de bombas lacrimogêneas que são utilizadas quase diariamente em Honduras.

Desde 2017, depois de uma fraude eleitoral na qual Juan Orlando Hernandez voltou a se eleger ilegalmente - a constituição não permite a reeleição, mas ele passou por isso como quis - se aprofundou a militarização e a repressão a qualquer tipo de expressão de protesto contra o governo.

Em uma ocasião, depois de uma forte repressão, em 2016, estávamos fazendo uma ação na parte de fora do Ministério Público e po-

liciais começaram a nos atacar por nada. Havia um monte de crianças desmaiadas, idosos, e seguiam reprimindo ainda que houvesse pessoas caídas no chão. Às vezes temos o sentimento de desespero e muita indignação por saber o que está acontecendo.

Qualquer manifestação pode ser reprimida e, muitas vezes, até judicializada. Agora, temos três companheiros que se tornaram presos políticos. Afortunadamente, outros companheiros militantes estão conseguindo sua liberdade, sob a ação de muitas organizações sociais. Ainda assim, essa é a realidade, qualquer tipo de manifestação é vivida de maneira violenta em Honduras.

Como você sente tudo isso no seu corpo? Quais são suas formas de buscar um respiro para seguir na luta?

Posso dizer que o que sinto, o que vivo, é parte do impacto do reflexo de como vivem companheiras mais próximas, minhas amigas, ou as meninas que estão nos territórios urbanos e rurais mais impactados pela violência. Os militares e os policiais são os principais agressores e assediadores de nossas companheiras – mas existe a violência pelos próprios companheiros delas também.

Há alguns anos, se viu uma alta excessiva de casos de gravidez em adolescentes, principalmente estudantes, e notava-se, claramente, que isso acontecia em lugares nos quais os centros educativos estavam militarizados. Ao redor desses locais, durante todo o dia, passavam diversos policiais e militares assediando as meninas da região, o que aparecia em denúncias das companheiras em suas comunidades. Era como se eles fossem ali apenas para engravidá-las, pois como estão sempre se mudando, quando se dão conta de que engravidaram uma menina, mudam-se para outro lugar e não se tem

mais conhecimento sobre o que acontece.

Sinto esse impacto, ainda mais pelo que faço, pois atuo na documentação e acompanhamento de defensoras em situação de risco. Muitas vezes esse trabalho passa por estar nos lugares com elas defendendo, acompanhando, mas também sendo parte da luta. E às vezes penso: “até onde vou?” Muitas vezes estivemos em ações de repressão, com muitas histórias, e tentamos que isso não nos afete tanto, mas, em algum momento, isso nos detona. É como sentir o pânico, o medo, a sensação de que não se pode respirar. Você começa a se preocupar pelo que pode passar as outras companheiras.

Diante disso, o que nós fazemos? O primeiro é refletir, de forma coletiva, o que podemos fazer. Há diferentes tipos e situações, que dependem de onde você está, com quem, quem está te atacando e de que forma. Refletir sobre isso coletivamente é o que tratamos de fazer como organização e como uma coletividade próxima, pois nem todas estão nos mesmos espaços, mas tentamos estar atentas e traçar planos comuns de cuidado e autocuidado. Eu sempre penso: “O que posso fazer a noite, antes de dormir?” É possível fazer umas respirações profundas, tratar de se alimentar melhor, ir a algum lugar cantar, conversar, se divertir. E outra parte fundamental é continuar lutando com as companheiras de quem gostamos e saber que essa trajetória tem um grande sentido, pois temos a necessidade de transformar a realidade que vivemos e devemos nos esforçar para segurar toda essa força que vamos construindo juntas.

Acho que nas pernas, que estão relacionadas com a impotência de não saber para onde seguir e o seguinte passo que temos que dar.

Na garganta, que também está relacionada com a impotência. Mas de forma particular, algo que venho pensando é que, muitas vezes, em situações de injustiça, de violência, sinto um impacto nos olhos. Você sabe que o está vendo está marcando a vida de alguém, assim como está marcando a sua. Às vezes fecho os olhos para não ver. É como um mecanismo de defesa, pois os sinto como um dos meus pontos energéticos.

A força creio que sai das mãos e, não raro, sinto que também sai dos meus pés.



AUTORIAS

Gizele Martins

Moradora da Maré, comunicadora comunitária, jornalista formada pela Puc-Rio e mestre em Comunicação, Educação e Cultura pela Febf-Uerj. Faz parte de movimentos de favelas do Rio de Janeiro e é uma das organizadoras do Julho Negro, atividade que discute racismo, militarização e apartheid. Organiza ainda o curso Histórias Vivas, que conta o histórico de resistência das favelas cariocas.

Soraya Misleh

Jornalista palestino-brasileira, mestre e doutoranda em Estudos Árabes pela Universidade de São Paulo (USP). Autora do livro “Al Nakba - um estudo sobre a catástrofe palestina” (Ed. Sundermann). Coordena a Frente em Defesa do Povo Palestino e é membro da Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada.

Marcelle Decothé

Mulher preta periférica mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), colaboradora do Instituto Marielle Franco, faz parte do fórum de juventudes do Rio de Janeiro e atualmente compõe o mandato quilombo da deputada Mônica Francisco.

Daniela González López

Coordenadora Internacional do Observatório de Direitos Humanos dos Povos.

Mães e Familiares do Socioeducativo do Ceará

O Movimento Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará surge em 2013, cujo objetivo busca reunir e fortalecer mães e familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, como também fortalecer mães e familiares que viram seus filhos adentrarem o sistema prisional, muitas vezes por ausência do Estado protetivo, bem como políticas públicas eficazes em parceria com a sociedade civil. O Grupo realiza incidência para a garantia dos direitos dos/as jovens, além de ser um espaço de troca de experiências e apoio.

Elen Ferreira

Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e atua no Programa Saúde e Escola pela 1ª Coordenadoria de Educação no âmbito da Prefeitura do Rio de Janeiro. Co-fundadora do Projeto Pretinhas Leitoras - proposta de letramento racial crítico entre crianças.

Conselheira Consultiva Titular do Museu de História e Cultura Afro-brasileira (ICAB) - Secretaria de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro é graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integra o Coletivo Negro Luisa Mahin (UNIRIO) e também o Coletivo Entre o Céu e a Favela, no Morro da Providência.

Buba Aguiar

É integrante do Coletivo Fala Akari, estudante de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ, integrante do grupo Liberdade Aos Presos Políticos - RJ, estagiária do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ, editora do Coletivo Mariachi, social media do filme Livres, assessora de comunicação do filme Arame Farpado, colunista da Revista Vírus e do site Superela. Formada em técnica de Análises Clínicas pela FAETEC e em Comunicação Comunitária pela RACC da Agência de Notícias das Favelas. Já foi colaboradora da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-RJ e do Jornal A Voz da Favela.

Saney Souza

Poeta insurgente e militante periférica. Contribui com práticas agroecológicas da Horta Comunitária junto de adolescentes, juventudes e mulheres na ocupação onde mora. Na associação de moradores, participa do Pré-Vestibular Popular. Faz parte da Rede Carioca de Agricultura Urbana e da Coletiva Popular de Mulheres da ZO. Trabalha como Educadora Social.

Jyussara Abadallah e Nada Ali

Refugiadas palestinas no Brasil.



A Fortaleza das Mulheres: relatos sobre a militarização da vida

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs
Rua Henrique Valadares, 23, sala 504 - Centro, Rio de Janeiro / Tel: +55 21
2210-2124 / pacs@pacs.org.br / www.pacs.org.br

1ª EDIÇÃO
Rio de Janeiro_2019

Realização



Apoio

